



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS - SUFRAMA  
GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ**

**POTENCIALIDADES REGIONAIS**

**ESTADO DO AMAPÁ**

**Manaus, outubro de 1999**

## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO .....	4
2. CONCEITUAÇÃO E METODOLOGIA .....	7
2.1. Área de Estudo .....	7
2.2. Potencialidade Regional .....	7
2.3. Restrições e Limitações .....	8
2.4. Variáveis (ou Indicadores) .....	8
2.5. Critérios de Seleção .....	9
2.6. Base de Dados .....	10
2.7. O Processo de Aplicação .....	10
2.8. Reavaliação .....	10
2.9. Validação.....	12
2.10. Pré-requisitos .....	12
2.11. Reavaliação das Potencialidades .....	13
3. RESULTADOS.....	15
3.1. Produtos potenciais de abastecimento local e regional .....	15
A – Movelaria .....	17
B - Indústrias de minerais não metálicos - Oleiro Cerâmico.....	18
3.2. Produtos potenciais de abastecimento local e regional Potencial .....	18
A- Madeireiro.....	22
B- Aq:uicultura.....	24
C- Pesca Extrativa: pesca artesanal e pesca industrial .....	16
D- Amido de mandioca .....	34
E- Palmito.....	35
F- Óleo de Dendê .....	37
G- Turismo Ecológico .....	39
H- Castanha-do-Brasil .....	41
I- Agroindústria de Frutas Tropicais - Açaí e Cupuaçu .....	45
4. INCENTIVOS FISCAIS E FINANCEIROS PARA O ESTADO DO APAPÁ .....	52
4.1. Incentivos Federais .....	52
A - Administrados pela SUFRAMA (Incentivos para a Área de Livre Comércio .....	52
B - Administrados pela SUDAM .....	53
C - Administrados pelo Banco da Amazônia (BASA) .....	53

## 1. INTRODUÇÃO

Desde os tempos de Território, o estado sofreu com a falta de uma política global de desenvolvimento capaz de minimizar as grandes desigualdades entre a potencialidade dos recursos naturais existentes e a edificação da base produtiva local. Atualmente, o Governo do Estado está buscando reduzir esse hiato, através de ações que visem a integração social ao processo de desenvolvimento econômico.

A economia do Amapá se caracteriza por ser de um lado, *Importadora* de bens de consumo e manufaturados e, de outro, *exportadora* de matéria prima para alimentação de parques industriais de outras regiões. Na costa atlântica concentra-se o maior potencial para a pesca, além de existir uma concentração muito grande de açazais nativos, que são utilizados para produção de polpa de açaí, com potencial para exportação. A região sul/sudoeste, situada entre os rios Jarí, ao sul e Amaparí, ao Norte, é uma região característica de atividades extrativistas, principalmente de castanha-do-brasil, encontrando-se nela as Reservas Extrativistas do Rio Cajari e a de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru. Na região dos cerrados, existe grande potencial para produção de culturas de ciclo curto, com utilização de tecnologias apropriadas.

O Amapá apresenta vantagens comparativas frente a outras regiões da Amazônia e do país. Estas vantagens podem ser melhor aproveitadas no mercado global do que no nacional. O fato de ser a entrada virtual para a Europa, através da Guiana Francesa, e fazer fronteira e limite com países do Caribe apresenta um potencial maior de desenvolvimento do que sua presença no cenário regional.

A rodovia BR-156 é o eixo de integração viária sócio-econômica regional - (Arco Norte) com os países do Platô das Guianas, Caribe e União Européia, que permitirá a oportunidade de investimentos que servirão de estímulo ao desenvolvimento econômico e social, a redução das disparidades sociais e regionais e, principalmente, integração com mercados internacionais, permitindo a geração de empregos, rendas e divisas à economia local e nacional. A BR-156 serve, também, de acesso ao extremo sul do Estado, ligando a capital Macapá ao Município de Laranjal do Jari, limite com o Estado do Pará, perfazendo 270 km de estrada de chão. Esta rodovia interliga-se à BR-210, constituindo o principal eixo rodoviário do Estado situando-se, aproximadamente, paralela à costa atlântica, no sentido norte/sul.

O Governo estadual, pretende o desenvolvimento do Estado, através da viabilização de empreendimentos produtivos que dinamizem a economia local, propiciando, assim, a geração de emprego e aumento da renda.

O presente relatório apresenta as principais formulações e conclusões do trabalho intitulado "Potencialidades Regionais", desenvolvido para o perímetro delimitado pela Área da Amazônia Ocidental, incluindo Macapá e Santana, municípios do Estado do Amapá, que por serem Área de Livre Comércio, estão sob a jurisdição da SUFRAMA também, particularizando-se os casos dos estados abrangidos pela área.

Inclui, assim, o conjunto de informações, formulações e conclusões mais significativas sobre as potencialidades regionais, resultantes da análise do universo

de dados obtidos pela pesquisa bibliográfica e entrevistas realizadas com dirigentes e equipes técnicas das organizações estaduais e municipais incluídas na Área de Estudo, além de apresentar mapas e quadros que ilustram as mais relevantes características dos estados e de seus municípios.

Em outras palavras, incluem-se, no presente relatório, os principais resultados alcançados pela aplicação dos critérios de seleção e hierarquização de Potencialidades Regionais, aplicados a Fatores Potenciais (recursos, produtos, setores, sub-setores e/ou ramos de atividade) detectados nos municípios, incorporando-se nessa metodologia todas as questões decorrentes do conjunto de reuniões e discussões desenvolvidas com a equipe técnica da SUFRAMA.

Dentro dessa formulação, enfatiza-se que o propósito da metodologia foi o de identificar, caracterizar, selecionar e ordenar prioridades (chamadas “Potencialidades Regionais”), regionalmente localizadas, que orientem as medidas incentivadoras da SUFRAMA, no sentido de facilitar o processo de tomada de decisão de investidores potenciais sobre aplicação de recursos na Área.

Portanto, essas prioridades deverão favorecer o acesso de investidores, através do fornecimento de informações destinadas a facilitar uma seleção prévia de Fatores Potenciais (recursos, produtos, setores, sub-setores e/ou ramos de atividade), especialmente localizados em sub-regiões que, caracterizados e priorizados adequadamente neste estágio inicial, possam ser dimensionados e avaliados mais detalhadamente num segundo momento via projeto básico, projeto executivo e viabilidade econômica específicos passando, assim, a serem encarados como (ou transformados em), uma efetiva “Oportunidade de Negócio,” para um investidor particular interessado.

Destaque-se, a título de parêntesis, que foi nesse sentido que apareceu, com ênfase, na proposta original da FGV, as sugestões de convergência dos trabalhos propostos (Indicadores, Potencialidades etc.) via Banco de Dados (veja FIG.1). Desse modo, o conjunto daquelas Potencialidades, favorecidas, ainda, pela massa de informações procedentes de outros segmentos da SUFRAMA (como indicadores obtidos pelos mecanismos decorrentes da Análise de Projetos) devem, senão induzir, pelo menos contribuir para a tomada de decisão de um eventual investidor, acerca do “desenho final” de um projeto específico, consideradas todas as alternativas disponíveis no “ranking” de opções colocados à sua disposição pela SUFRAMA. Note-se que a idéia de Oportunidade de Negócios, na formulação da FGV, implica, necessariamente, na adoção de um Sistema de Informação como o aqui sugerido e numa Estratégia de Marketing, a ser formulada pela SUFRAMA, destinada a disseminar, no país e no exterior, os apelos das Potencialidades Regionais aqui sugeridas.

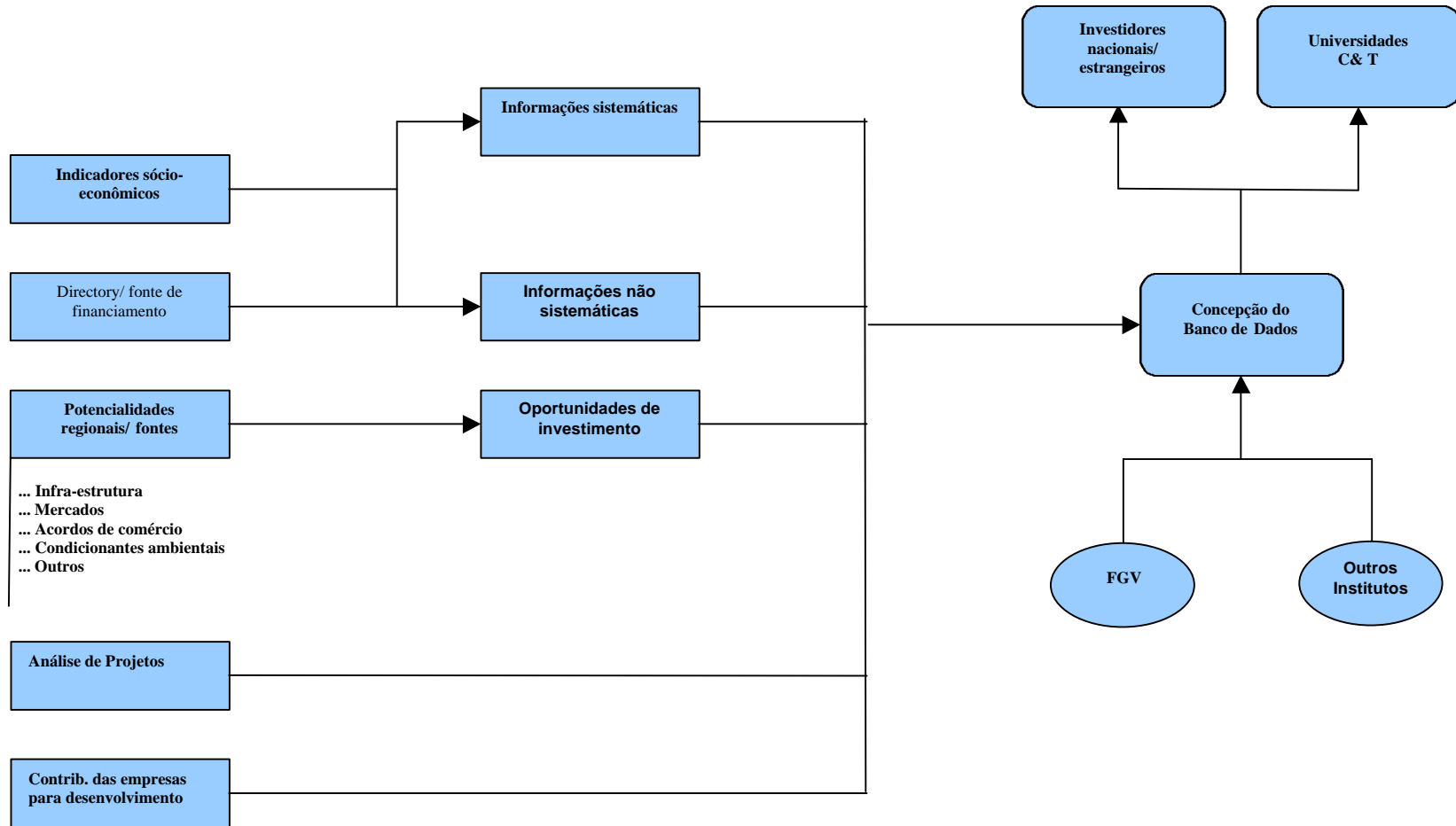
Assim, o presente documento representa, basicamente, um *Sumário Executivo* do trabalho desenvolvido pela SUFRAMA/Governo do Estado, o qual reavalia o documento concluído em 1998, e incluiu a edição de volumes específicos que detalham todos os aspectos aqui apresentados. Todas estas informações incluem as modificações realizadas por ocasião das reuniões efetuadas por técnicos da SUFRAMA e do Governo do Estado, com a participação de órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal que atuam no Estado, em agosto de 1999.

Nesse sentido, inclui-se aqui:

- a metodologia e a conceituação adotadas na eleição das Potencialidades do Estado;
- as principais conclusões acerca das Potencialidades Regionais hierarquizadas;
- mapas-resumo, onde foram projetadas as Potencialidades Regionais selecionadas;
- os resumos dos estudos de viabilidade específicos realizados para produtos selecionados; e
- os incentivos e financiamentos federais e estaduais disponíveis.

# FLUXOGRAMA (Figura 1)

## FGV/SUFRAMA – DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS



## 2. CONCEITUAÇÃO E METODOLOGIA

São descritos, a seguir, os principais conceitos adotados pela metodologia de trabalho concebida pelo ISAE/FGV, destinada à identificação, seleção e hierarquização de “Potencialidades Regionais” do Estado do Amapá.

### 2.1 Área de Estudo

Definiu-se como Área de Estudo, o espaço geográfico compreendido pelos limites do Estado, especialmente no que concerne aos municípios de Macapá e Santana.

A primeira fase do estudo (levantamento de dados e caracterização da Área) foi desenvolvida em todo o Estado, gerando informações para a segunda fase (identificação e hierarquização de potencialidades), onde os dados e as conclusões foram agrupados pelas sub-regiões consideradas para o Estado do Amapá.

### 2.2 Potencialidade Regional

Conceitua-se **Potencialidade** como os **recursos naturais, produtos, setores, ramos ou atividades econômicas**, (disponíveis mas não utilizados ou, total ou parcialmente utilizados) que, por suas características, **têm apelo suficiente para estimular a implantação ou ampliação de uma determinada atividade econômica**, considerados os limites e as características sócio-econômicas e ambientais da Área de Estudo. Destaque-se, que esses recursos naturais, produtos, setores, ramos ou atividades, para fins deste trabalho são, genericamente, chamados de **Fatores Potenciais**.

Como extensão desse conceito, **uma Potencialidade Regional** pode se transformar em uma **Oportunidade de Negócios** quando, **submetida a um conjunto de exigências** (como restrições, incentivos, avaliação econômica preliminar, etc.), **mantém ou amplia apelo suficiente para estimular uma decisão de investir** em uma determinada atividade produtiva, **agregando valor ou utilidade** aos **Fatores Potenciais**, isto é, aos recursos, produtos, ramos, setores ou atividades econômicas locais.

Note-se que, como referido na introdução, a **idéia de Oportunidade de Negócios** na formulação da FGV implica, necessariamente, na **adoção de um Sistema de Informação** como o aqui sugerido e numa **Estratégia de Marketing**, a ser formulada pela SUFRAMA, destinada a **disseminar, no país e no exterior**, os **apelos das Potencialidades Regionais** aqui sugeridas.

## 2.3 Restrições e Limitações

**Entende-se por restrições** o conjunto de elementos de cunho *natural, cultural, doutrinário* ou decorrente de *mandado jurídico ou institucional que limitam, por um prazo suficientemente longo, ou impedem ações antrópicas* de natureza econômica, exceto por etnias locais, a utilização de Fatores Potenciais existentes em uma dada área geográfica.

**Por limitações**, entende-se o conjunto de elementos que *dificultam, temporariamente, o uso pleno de Fatores Potenciais locais*, requerendo intervenções de naturezas várias, para sua remoção.

Dentro do campo de abrangência da metodologia adotada, **foram utilizados**, como restrições e limitações **atributos** como, por exemplo: *áreas indígenas, unidades de conservação, situação fundiária e jurídico-institucionais, epidemiologia, infestação*, etc.

## 2.4 Variáveis (ou Indicadores)

De acordo com as formulações metodológicas, entende-se como variável (ou indicador) **um atributo qualitativa e quantitativamente diferenciado** dentro dos limites da Área de Estudo, capaz de *intervir na intensificação ou redução do apelo* inerente aos recursos, produto, setor, ramo ou atividade econômica (os Fatores Potenciais), que devem influenciar as decisões de investimentos específicos.

Assim, a escolha de uma variável (ou indicador) como componente dos critérios de seleção, levou em consideração:

- seu potencial de **“mensurar quantitativa ou qualitativamente” reduções de limitações e restrições ou estímulos aos apelos** dos Fatores Potenciais (recursos, produtos etc.);
- seu potencial de **“traduzir” (ou incorporar) políticas públicas**, como o direcionamento estratégico no sentido de integração regional via BR-174 e de preservação ambiental, por exemplo.

Dessa forma, o conjunto de variáveis escolhidas que compôs as matrizes anexadas nos estudos de cada Estado, incorporou questões relacionadas com: incentivos, infra-estrutura (vias de acesso, energia, etc.), mercado (local, regional, nacional e internacional), tecnologia (consagrada, “de ponta”, intensiva, etc.), matérias-primas e insumos, questões sociais (emprego) e ambientais.

## 2.5 Critérios de Seleção

A seleção de um Fator Potencial (recurso, produto, setor, ramo ou atividade econômica) foi determinada pela **avaliação de seu apelo**, quando **submetido ao “crivo”** do conjunto de **limitações ou restrições** (atuando como elementos redutores do apelo) ou das **variáveis e indicadores** (atuando como elementos indutores ou inibidores).

Fisicamente, a importância relativa das limitações, restrições e variáveis escolhidas, foi estimada através de uma matriz que relacionava:

- em linha, o conjunto de recursos, produtos, setores ou atividades econômicas, existentes ou potenciais, **dentro e para** os limites geográficos da Área de Estudo;
- nas colunas, dois segmentos que, respectivamente, reuniam as limitações, restrições no primeiro e as variáveis (ou indicadores) de seleção, no segundo (nesta ordem).

Como critério de pontuação e ponderação adotou-se uma sistemática de atribuição de valores que incluiu:

- pontuar dentro de uma escala 0/3, a influência das limitações e restrições sobre os recursos, produtos, setores, ramos ou atividades, identificados na Área de Estudo e explicitados, em linha, no primeiro segmento da Matriz;
- atribuir pesos, numa escala 0/5, representativos à importância relativa das limitações e restrições dentro de seu segmento (colunas) na matriz;
- pontuar, dentro da escala 0/3, a influência das variáveis (ou indicadores) de seleção sobre os recursos, produtos, setores, ramos ou atividades submetidas aos critérios das limitações e restrições;
- atribuir pesos, numa escala 0/5, representativos da importância relativa de uma variável (ou indicador) específica, dentro do segmento de todas as variáveis, apresentadas nas colunas na matriz.
- as pontuações indicam o grau de influência da variável de seleção e/ou da limitação/restrrição sobre os recursos, produtos, setores, ramos ou atividades identificados, sendo que, tanto para as variáveis de limitações e restrições como para as variáveis de seleção, a pontuação “0” (**zero**) indica ausência de influência. No caso dessas últimas variáveis (as de seleção), quanto **maior** a pontuação, **maior** o grau de influência da variável; enquanto que, no caso das variáveis de limitações e restrições, quanto **menor** a pontuação, **maior** o grau de influência da variável.

O modelo básico aplicado é de natureza geopolítica, o qual consiste na identificação e análise, num espaço geográfico bem definido, da dinâmica de origem e destino dos principais fluxos de qualquer natureza, interregionalmente, permitindo

hierarquizá-las no conjunto e avaliar o grau de sensibilização de intervenções ao equilíbrio do todo.

A definição das sub-regiões baseou-se:

- na Política Espacial do Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) 1994/97; e
- no rebatimento entre a lista de municípios constantes no PDA e a divisão política apresentada no Mapa de Amazônia Legal do IBGE (1995). No caso de não correspondência, optou-se pelos dados do mapa do IBGE em função de sua maior atualidade

Assim sendo, a área de ação deste estudo é constituída do Estado do Amapá que, dos 16 municípios, apenas 02 (Macapá e Santana) constituem 01 sub-região, a de N°19.

## 2.6 Base de Dados

Conforme proposta original da FGV, a metodologia adotou, como base de dados, o conjunto de informações disponíveis em pesquisas, estudos, planos, programas e projetos existentes nas diversas instituições federais (Ministério da Indústria e Comércio, etc.) regionais, (SUDAM, SUFRAMA, etc.) estaduais (Secretarias, Institutos, etc.) e municipais (Secretarias, Institutos, etc.), direta ou indiretamente envolvidas com a questão, além de dados primários e secundários obtidos junto ao acervo do ISAE/FGV, e entrevistas diretas com técnicos e dirigentes das mesmas organizações referidas.

## 2.7 O Processo de Aplicação

Resumidamente, cabe destacar que o processo de seleção das “Potencialidades” envolveu a **aplicação sucessiva**, em diferentes estágios, de **critérios de seleção**, estabelecidos a partir da reunião de **conjuntos diferenciados de restrições, limitações, variáveis e/ou indicadores**, previamente selecionados, **aos quais foram submetidos os Fatores Potenciais** (recursos, produtos, setores, sub-setores, ramos ou atividades) espacialmente distribuídos, com potencial de exploração ou, mesmo, já explorados pelas atividades produtivas da região.

A triagem se realizou no momento em que, através de uma matriz de dupla entrada, esses Fatores Potenciais foram **submetidos a cada um daqueles estágios**, resultando daí **segmentos “aprovados”** que, por sua vez, foram submetidos aos estágios subseqüentes, ou **“reprovados”** e excluídos do processo (Veja Fig.02).

Os critérios de seleção adotados foram, basicamente, de **natureza qualitativa e quantitativa** e reuniram variáveis representativas e/ou indicadores dos segmentos **sócio-econômico, ambiental e político** (estes últimos encarados como variáveis de correção) da área geográfica em questão, isto é, as sub-regiões pertencentes ao

Estado de Roraima. São apresentados, a seguir, os estágios de triagem que agrupam quatro diferentes conjuntos de critérios:

- **critérios condicionantes ou restritivos**, utilizados no primeiro estágio de seleção. Reúnem variáveis e indicadores de **condições particulares consideradas pré-condições** para que um produto, setor, sub-setor, ramo ou atividade seja incluído no processo. Aparecem aqui fatores relacionados, de um lado, ao **direcionamento estratégico** do governo em geral e da SUFRAMA em particular e, de outro, aos **condicionantes legais e de natureza diversa** como, por exemplo, limitação de áreas demarcadas para reserva indígena etc., estes últimos só superados por decisões de estratégia política ou avanços tecnológicos. Essa primeira “**peneira (ou crivo) de triagem**” é utilizada com o propósito de **condicionar a implantação** de eventuais projetos de investimento (transformados em “Oportunidade de Negócios”) **às regras da estratégia geral das políticas públicas de desenvolvimento regional e/ou setorial**;
- **critérios ambientais**, utilizados no segundo estágio de seleção. Incluem variáveis e/ou indicadores relacionados às formulações do modelo de desenvolvimento **sustentável**;
- **critérios sócio-econômicos**, usados no terceiro estágio. Reúnem as variáveis e/ou indicadores vinculados às atividades sociais e econômicas da região, desagregada em sub-regiões, incluindo-se aí, por exemplo, questões de **escala, integração da atividade produtiva (“árvores setoriais”), tecnologia, comércio exterior, infra-estrutura, equipamentos sociais e urbanos dos núcleos populacionais, cenários, eixos de desenvolvimento** etc.;
- **critérios mercadológicos**, aplicados no quarto estágio do processo de triagem. Trabalhou-se aí com variáveis e/ou indicadores vinculados à “**reputação**” ou “**imagem**” da área como, por exemplo, a imagem de “**porta de entrada para a floresta tropical**” (Rain Forest), que estimulam as atividades econômicas relacionadas ao **turismo ecológico**.

## 2.8. Reavaliação

O mecanismo aqui sugerido admite **reaplicação para retroalimentação e reavaliações** periódicas, através da utilização, total ou parcial, dos critérios de seleção aqui formulados.

Nesse sentido é possível, ainda, **manter os critérios e fazer variar o elenco de limitações, restrições, variáveis e/ou indicadores** adotados, para cada critério em particular, em função de eventuais modificações ocorridas na região, dentro de um determinado período de tempo (Veja Fig. 02).

## 2.9 Validação

Com o intuito de validar o Projeto de Potencialidades Regionais junto ao Estado alvo da pesquisa, uma vez elaborado o Relatório Final, foi encaminhado à Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima, para ser previamente analisado e, posteriormente, organizar reuniões técnicas no Estado para apresentação, discussão, validação e obtenção de subsídios sobre os referidos documentos.

A SEPLAN convocou as instituições públicas e privadas que considerou pertinentes; entre outras, as demais Secretarias de Estado, EMBRAPA, EMATER, Bancos, Federação das Indústrias, Federação da Agricultura, IBAMA, SEBRAE, e Prefeitos Municipais. A reunião contou com a participação da SUFRAMA e a apresentação dos documentos, pelos técnicos da FGV/ISAE.

## 2.10 Pré-requisitos

A aplicação dessa metodologia implicou, necessariamente, em processos prévios de **definições teórico-práticas, fixação de pressupostos e definição de pré-requisitos**, dos quais dependeriam a maior ou menor eficiência do processo de seleção.

Assim, a metodologia aqui descrita abrangeu:

- **discussão, definição e enquadramento de cada Fator Potencial, segundo diferentes níveis de desagregação.** Neste caso foi utilizado, como instrumento, uma aproximação das classificações oficiais disponíveis que desagregam, formalmente, os **setores em sub-setores e ramos da atividade econômica no Brasil**. Um aspecto determinante para a execução dessa fase foi a maior ou menor disponibilidade, detalhamento e qualidade dos dados e informações acerca dos segmentos que se pretendia discutir;
- **definição, para cada um dos critérios, do conjunto de limitações, restrições, variáveis e/ou indicadores** que seriam utilizados como “**malhas de diferentes peneiras**” para triagem dos setores, sub-setores ou ramos selecionados;
- **hierarquização dos diferentes estágios**, através da **ordenação da seqüência de aplicação de critérios** e, dentro de cada critério, a **seqüência de aplicação** das limitações, restrições, variáveis e/ou indicadores que seriam utilizados. Isto porque **diferentes ordenamentos** de critérios, limitações, restrições, variáveis e/ou indicadores, **deveriam gerar diferentes listagens hierarquizadas** de produtos, setores, sub-setores ramos e/ou atividade econômica.

A aplicação da metodologia explicitada permitiu a montagem de matrizes, anexadas no final do estudo do Estado, com o propósito de hierarquizar os Fatores Potenciais, vale dizer, atividades econômicas, recursos, setores, ramos e/ou produtos

regionais, detectados na Área de Estudo e, como consequência, identificar Potencialidades Regionais.

Dentro dessa formulação, foram projetados, nas linhas da matriz, agrupados por diferentes sub-regiões, recursos, atividades econômicas, setores, ramos e/ou produtos, reunidos em dois conjuntos, chamados de “existentes” (que incluiu componentes com ocorrência e/ou implantação efetiva na sub-região) e “potenciais” (que agrupou componentes com possibilidade reconhecida de ser implantado na área)

Nas colunas foram relacionadas as limitações/restrições e variáveis/indicadores de seleção destinadas a triar e estabelecer o “ranking” dentro do qual seriam selecionadas as chamadas Potencialidades Regionais.

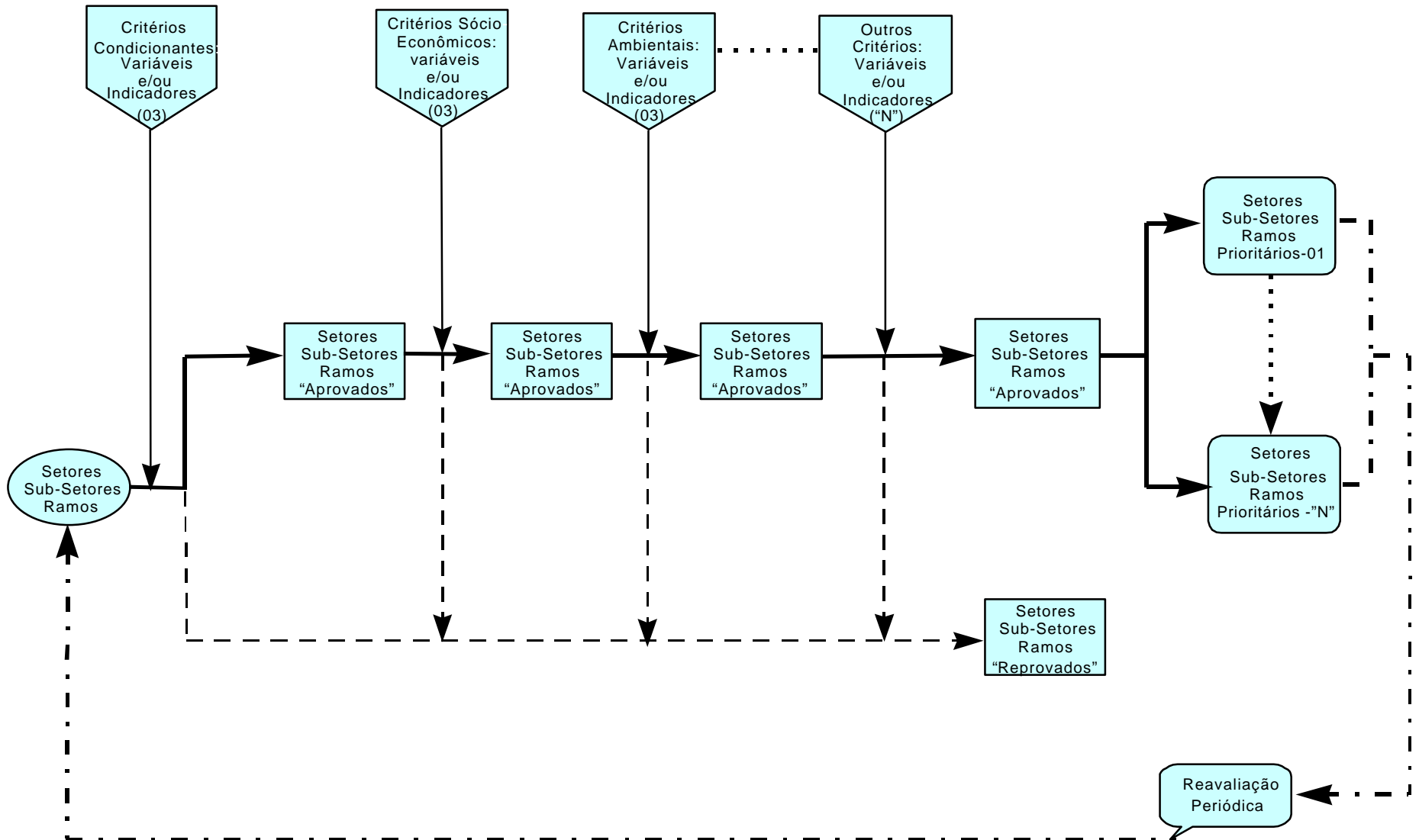
### 2.11. Reavaliação das Potencialidades - agosto de 1999

Seguindo-se a metodologia preconizada, no período de 04 a 06 de agosto de 1999, foram realizadas reuniões para atualizar os dados constantes do documento, bem como sugerir a “inclusão” e/ou “exclusão” de potencialidades aos mercados local/regional e amplo. Das Reuniões técnicas, participaram as seguintes instituições: Secretaria de Planejamento – SEPLAN; Secretaria de Agricultura – SEAF; Instituto Estadual de Pesquisa do Amapá – IEPA; Departamento Estadual de Turismo – DETUR; Agencia de Desenvolvimento do Amapá - ADAP; EMBRAPA/AP; Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA; Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA; Secretaria de Infra-estrutura – SEINF; Universidade Federal do Amapá – UNIFAP; Secretaria de Estado de Indústria e Comércio – SEICOM; SEBRAE/AP; Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru – COMARU; Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA; e RURAP.

Foram sugeridas e efetuadas as seguintes alterações:

- na “potencialidade” **Piscicultura**, no mercado amplo, devido o Estado não possuir tradição nesse segmento, foi sugerido que o termo fosse mudado para **Aqüicultura**.
- na “potencialidade” **Açaí**, foi sugerida a troca para **Agroindústria de Frutos Tropicais: Açaí e Cupuaçu**, no mercado amplo;
- a “potencialidade” **Palmito de pupunha**, constante do mercado amplo, foi trocada para **“Palmito”**, visto existir, também extração de palmito de açaizeiros nativos.

**FLUXOGRAMA (Figura 02)**



### 3. RESULTADOS

O processo de seleção, via aplicação da metodologia aqui descrita, possibilitou a **identificação das Potencialidades Regionais**, apresentadas a seguir, em ordem decrescente de importância, através de hierarquização do conjunto de Fatores Potenciais, vale dizer, dos recursos, produtos, setores, ramos e/ou atividades detectados na Área de Estudo.

Dentro dos limites territoriais do Estado do Amapá foram considerados apenas os Municípios de Macapá e Santana, agregados na Sub-região 19.

Os produtos, setores, recursos, ramos e ou atividades potenciais detectados no Estado do Amapá, em função das características de mercado, foram agrupados em:

- Produtos potenciais de abastecimento local e regional; e
- Produtos potenciais para um mercado amplo (além dos mercados local e regional, também para os mercados nacional e/ou internacional)

#### 3.1. Produtos potenciais de abastecimento local e regional

Inclui-se o grupo de atividades que se restringem ao abastecimento local em função da população, existente nas localidades do Estado, que procura estes tipos de produtos. Porém, é um mercado delimitado pela demanda local, ou seja, suporta uma pressão empresarial limitada e só cresce de acordo com fatores como renda e população, entre outros.

No caso do abastecimento regional, ele depende da competitividade interestadual, ou seja, de fatores como a produtividade, o transporte, o custo de produção, e outros, que tornam o produto atraente para comercialização em outros estados regionais.

Após as alterações efetuadas por ocasião das Reuniões Técnicas realizadas no período de 04 a 06 de agosto de 1999, o Quadro das Potencialidades para o abastecimento do mercado Local/Regional (Estado e Sub-região), ficou assim constituído:

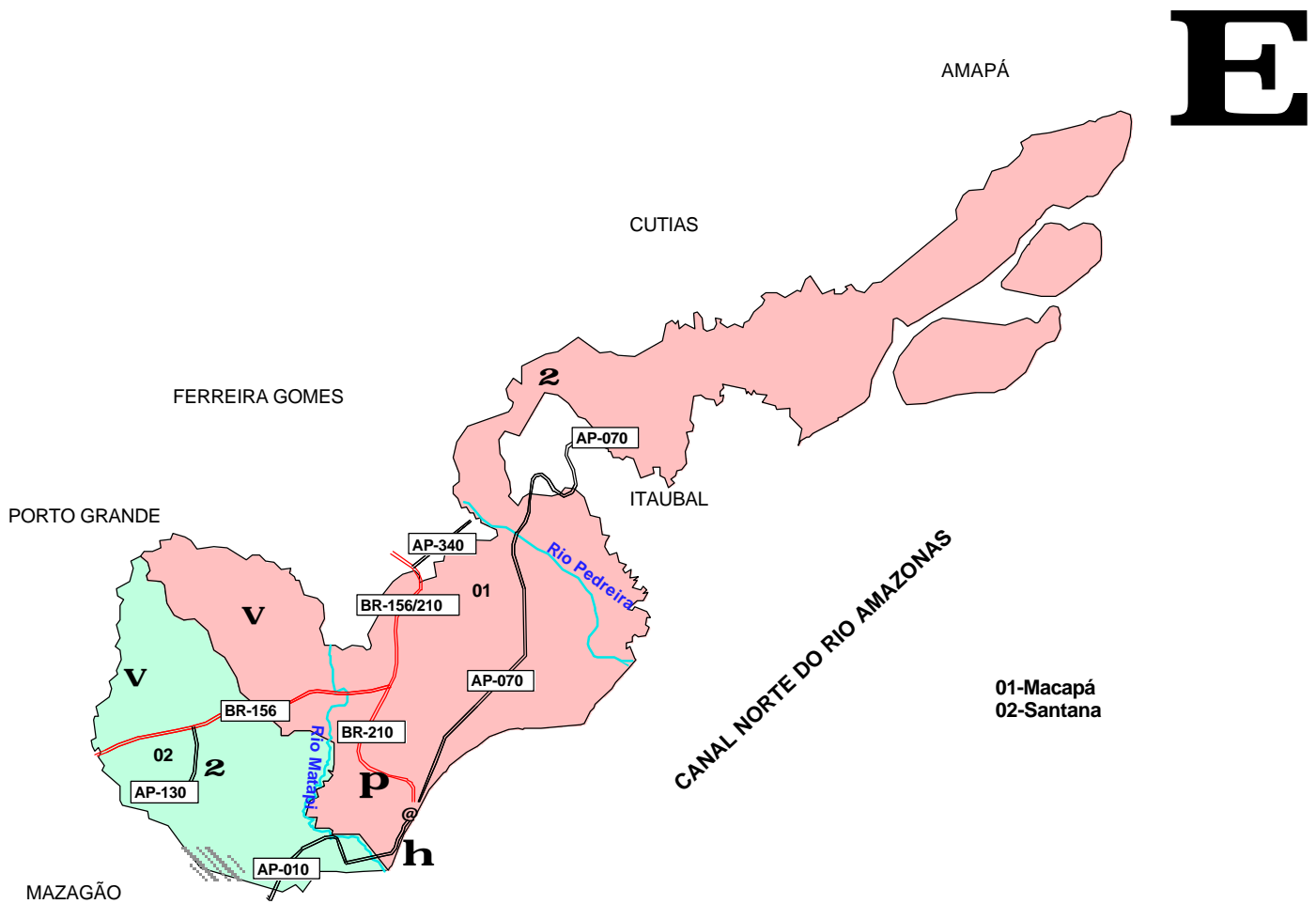
Quadro de Potencialidades para o abastecimento do mercado Local/Regional (Estado e Sub-Região 19 – Macapá e Santana) – 1999.

Produto	Área de atuação da atividade
◆ Movelaria	Local/Regional
◆ Oleiro-cerâmico	Local

# Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

## Projeto Potencialidades Regionais - "SCORING"

PRODUTOS/ATIVIDADES DE MERCADO LOCAL/REGIONAL: SUB-REGÃO 19



### LEGENDA

□ Limites Municipais de Macapá

▨ Restrição

■ Hidrografia

— Rodovias Federais

— Rodovias Estaduais

**h** Porto

**p** Aeroporto

@ Capital

**v** Oleiro-cerâmico

**2** Movelaria

VS. 1A

FONTE:FIBGE

## **Descrição sucinta dos produtos potenciais para abastecimento local e/ou regional**

### ***A - Moveleira***

O Governo do Amapá projetou a implantação do Pólo Moveleiro, abrangendo Macapá e Santana basicamente, com o objetivo de introduzir novas técnicas ao beneficiamento e produção de artefatos de madeira.

A atividade moveleira é utilizadora de insumos essencialmente locais e abundantes como madeira e mão-de-obra. Entretanto a matéria-prima existe em grande quantidade possibilitando a viabilização do processo econômico da região, com vantagens comparativas a outros centros desde que se possa organizar a produção melhorando a qualidade dos móveis e esquadrias.

A matéria-prima, quase sempre de origem desconhecida é comprada de pequenos depósitos de madeira. Sua estocagem é feita ao ar livre, sofrendo ação das chuvas e do sol. A secagem posta em prática pelas movelarias do Estado, é a natural, demandando grande quantidade de tempo e espaço. Tal fato leva a utilização de madeira verde na confecção do móveis, os quais apresentam após algum tempo, empenamento e rachaduras, além de comprometer seu acabamento.

Segundo SEBRAE, as micro-empresas constituem a grande maioria das unidades do Estado, em torno de 83% do setor. O restante são representados por pequenas empresas. A maioria das empresas é de origem recente. Atualmente existem cerca de 350 (trezentas e cinquenta) micro e pequenas empresas do setor, onde 58% estão regularizadas e as demais encontram-se na informalidade, causando uma evasão de receita para os cofres públicos.

Sua mão de obra é constituída por trabalhadores semi e não especializados, os quais, apesar de sua baixa qualificação, são os grandes responsáveis na sustentação da produção setorial, haja vista a obsolescência das máquinas.

A composição do mercado moveleiro é representada na sua quase totalidade pela fabricação de móveis, de estilo colonial e popular e alguns artefatos de madeira.

Evidencia-se, portanto, a necessidade de se implementar empreendimento desta natureza no Estado, haja vista a significativa oportunidade mercadológica que vem se registrando para artefatos de madeira, encontrado freqüentemente no comércio local.

Portanto o empresário pode ter certeza do sucesso do empreendimento, por poder contar com grande quantidade de matéria-prima disponível na região a um custo relativamente baixo.

## **B – Indústrias de minerais não metálicos – Oleiro Cerâmico**

Compõem este segmento as indústrias ligadas às atividades de fabricação de telhas, tijolos, artefatos de cimento, britamento e aparelhagem de pedras, e produtos diversos.

Com relação ao Estado do Amapá, os bens minerais industriais (argila para indústrias oleiro-cerâmicas) e aqueles aplicados diretamente na construção civil, *in natura*, (areia, seixo, barro, piçarra e pedra ferruginosa) encontram-se em abundância no Estado. Ainda que não existam dados estatísticos que indiquem a grandeza do setor, contudo, pela rápida expansão da construção civil nesta década, principalmente em Macapá e Santana, pode-se vislumbrar o seu potencial de mercado.

O segmento de minerais não metálicos tem apresentado um significativo crescimento na última década e tem assumido importante participação na geração de emprego e renda, proporcionalmente ao número de empresas. Desponta também com potencialidades para expandir o mercado, para atender outros Estados da região, principalmente com produtos da indústria cerâmica. Neste particular, faz-se necessário investir em qualidade e diversificação de produtos, como pisos e revestimentos.

### **3.2. Produtos Potenciais de Mercado Amplo**

Um segundo grupo de produtos, colocados de forma hierárquica, caracterizados por possuírem um perfil mercadológico tendencial e que correspondem a culturas ou atividades econômicas que já possuem tradição de produção na região e/ou aquelas que por enquanto não existem, mas que tem potencial e despontam como relevantes no mercado local, regional e internacional proporcionando indicativos de investimentos.

A seguir, são apresentados os produtos potenciais com mercado amplo, selecionados para o Estado do Amapá, na Sub-Região 19 – Municípios de Macapá e Santana, após a reavaliação efetuada nas Reuniões Técnicas, realizadas no período de 04 a 06 de agosto de 1999.

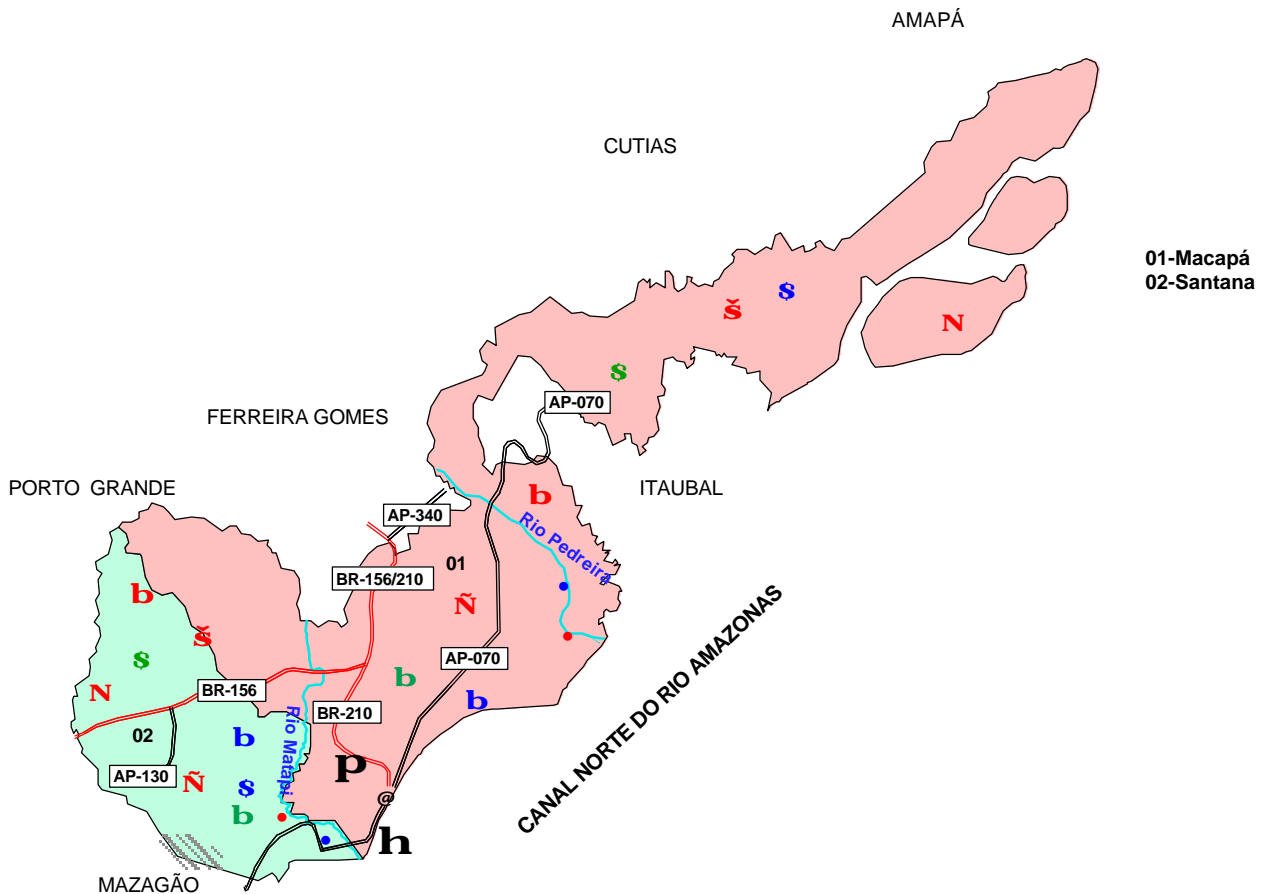
<b>Estado do Amapá (Macapá e Santana)</b>
• Pesca extrativa
• Madeira serrada/pré-beneficiada
• Indústria de madeira compensada/laminada
• Óleo de dendê
• Palmito
• Amido de mandioca
• Castanha-do-brasil
• Agroindústria de Frutos Tropicais: Açaí e Cupuaçu
• Turismo ecológico
• Aqüicultura

# Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

## Projeto Potencialidades Regionais - AMAPÁ

MERCADO AMPLO: SUB-REGÃO 19

# E



01-Macapá  
02-Santana

### LEGENDA

- |  |  |
|--|--|
| Limites Municipais de Macapá                       | Castanha do Brasil                             |
| Restrição  | Indústria de amido de mandioca                 |
| Hidrografia  | Indústria de madeira laminada/compensada       |
| Rodovias Federais                                  | Indústria de palmito                           |
| Rodovias Estaduais                                 | Indústria de madeira serrada e pré-beneficiada |
| Porto  | Óleo de dendê                                  |
| Aeroporto  | Pesca extrativa                                |
| Capital  | Aquicultura                                    |
| Agroindústria de frutos tropicais (açai e cupuaçu) | Turismo ecológico                              |

Vs. 1b

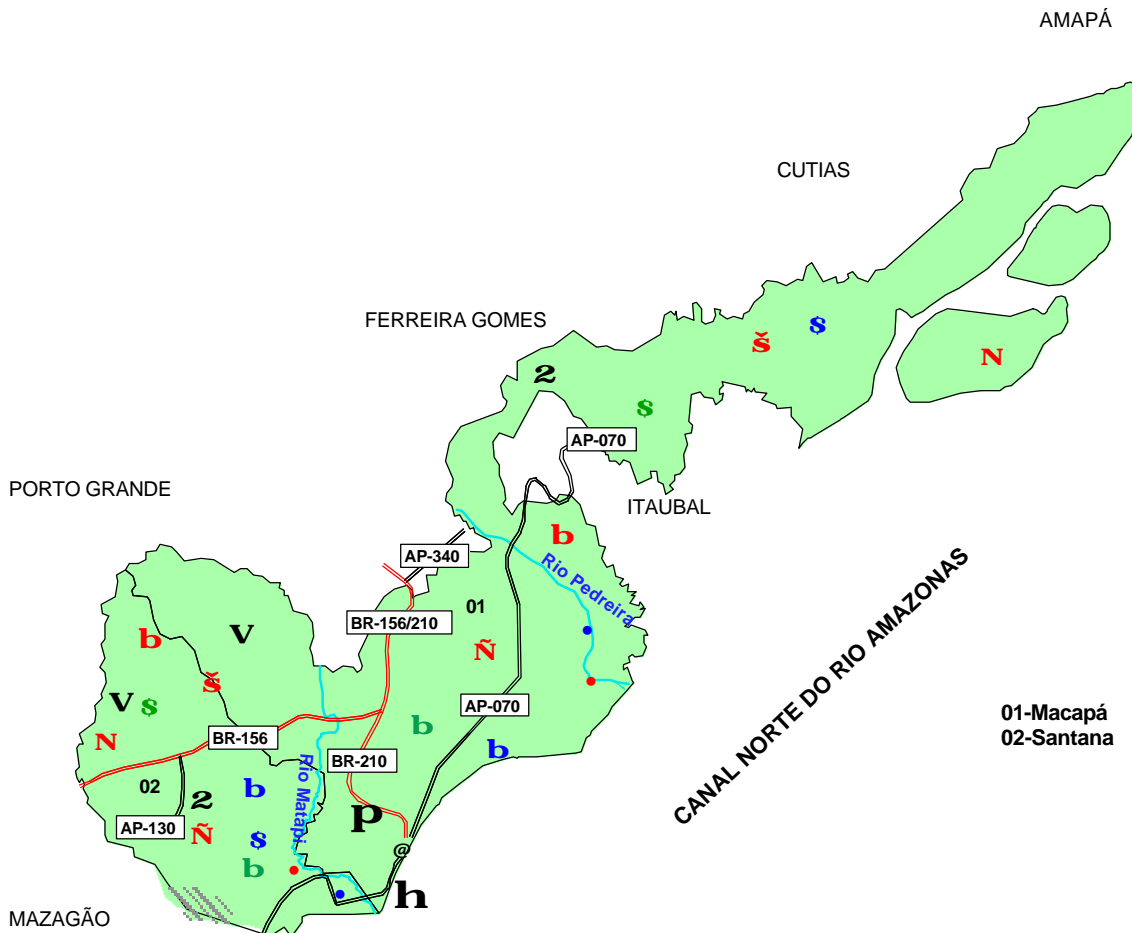
FONTE:FIBGE

# Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

## Projeto Potencialidades Regionais - AMAPÁ

PRODUTOS/ATIVIDADES DE MERCADO LOCAL/REGIONAL E MERCADO AMPLO:

SUB-REGÃO 19



01-Macapá  
02-Santana

### LEGENDA

- |   |  |
|---|--|
| <span style="background-color: #90EE90; border: 1px solid black; display: inline-block; width: 15px; height: 10px;"></span> Sub-Região 19 do Amapá                                  | <b>b</b> Indústria de amido de mandioca                      |
| <span style="border: 1px solid black; display: inline-block; width: 15px; height: 10px;"></span> Limites municipais de Macapá   | <b>b</b> Indústria de madeira laminada/compensada            |
| <span style="background: repeating-linear-gradient(45deg, transparent, transparent 2px, black 2px, black 4px); display: inline-block; width: 15px; height: 10px;"></span> Restrição | <b>b</b> Indústria de palmito                                |
| <span style="background-color: #00CED1; display: inline-block; width: 15px; height: 10px;"></span> Hidrografia  | <b>\$</b> Castanha do Brasil                                 |
| <span style="border-bottom: 2px solid red; width: 15px; display: inline-block;"></span> Rodovias Federais   | <b>§</b> Indústria de madeira serrada e pré-beneficiada      |
| <span style="border-bottom: 2px solid black; width: 15px; display: inline-block;"></span> Rodovias Estaduais  | <b>\$</b> Agroindústria de frutos tropicais (açai e cupuaçu) |
| <b>h</b> Porto  | <b>Ñ</b> Óleo de dendê                                       |
| <b>p</b> Aeroporto  | <span style="color: blue;">•</span> Pesca extrativa          |
| <b>@</b> Capital  | <span style="color: red;">•</span> Aquicultura               |
| <b>v</b> Oleiro-cerâmico  | <b>N</b> Turismo ecológico                                   |
| <b>z</b> Movelaria  |  |

Vs. 1b  
FONTE: FIBGE

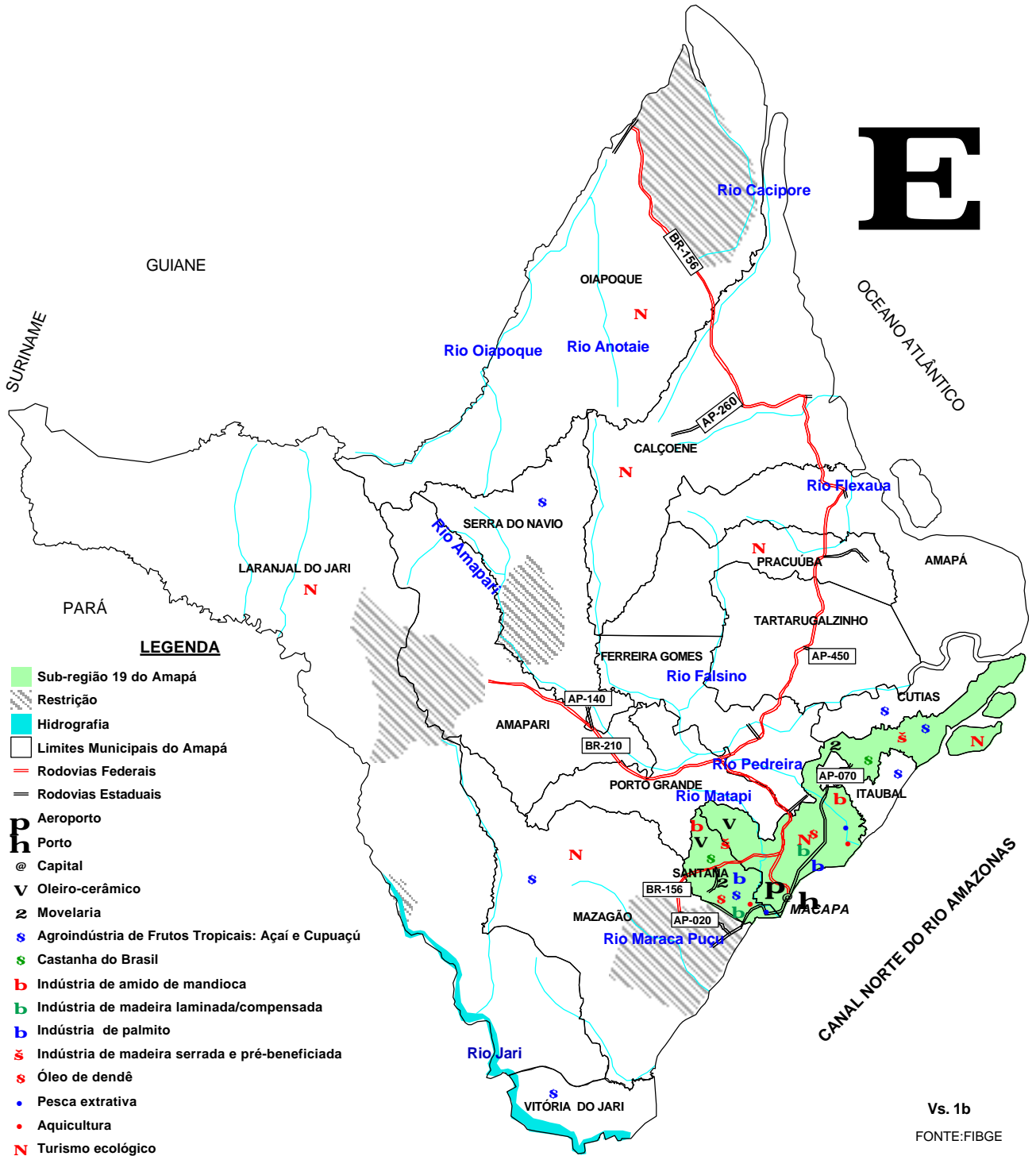
Os ícones de cores preta representam os produtos/ atividades de mercado local/ regional. E os ícones de cores vermelha, azul e verde, representam mercado amplo.

# Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

## Projeto Potencialidades Regionais - AMAPÁ

PRODUTOS/ ATIVIDADES DE MERCADO LOCAL/REGIONAL E MERCADO AMPLO: SUB-REGIÃO 19

# E



### LEGENDA

- Sub-região 19 do Amapá
- Restrição
- Hidrografia
- Limites Municipais do Amapá
- Rodovias Federais
- Rodovias Estaduais
- P Aeroporto
- h Porto
- @ Capital
- V Oleiro-cerâmico
- z Moveleira
- s Agroindústria de Frutos Tropicais: Açaí e Cupuaçu
- s Castanha do Brasil
- b Indústria de amido de mandioca
- b Indústria de madeira laminada/compensada
- b Indústria de palmito
- s Indústria de madeira serrada e pré-beneficiada
- s Óleo de dendê
- Pesca extrativa
- Aquicultura
- N Turismo ecológico

Vs. 1b  
FONTE: FIBGE

Os ícones de cores preta representam os produtos/ atividades de mercado local/ regional. E os ícones de cores vermelha, azul e verde, representam mercado amplo.

## Caracterização dos produtos/atividades potenciais de mercado amplo

### A - Potencial Madeireiro

A atividade madeireira na Região Amazônica está sujeita a legislações específicas no intuito de que tal atividade seja desenvolvida de maneira sustentável e preservando o meio ambiente.

Os principais aspectos legais/institucionais que regem a atividade madeireira são:

- Normas que regem a reposição florestal: Lei 4.771/65 (Código Florestal – com as alterações da Lei 7.803/89) em seus artigos 19, 20 e 21. Instrução Normativa N.º 01/96 – MMA;
- Normas que regulamentam o manejo florestal: Lei 4.771/65 (Código Florestal – Artigos 15 e 19 – Decreto 1.282/94). Medida Provisória 1.511/95. Portaria Normativa N.º 048/95 – IBAMA.
- Decreto 2.788/98, que altera diversos artigos do Decreto 1.282/94; uma das principais alterações é a dispensa do EIA/RIMA para todos os Planos de Manejo Florestal, e determina um tratamento diferenciado para pequenas e médias propriedades.

#### A.1 – Madeiras serradas e pré-beneficiadas

A potencialidade de recursos madeireiros existentes na região Amazônica é indiscutível. De fato, há registros de que existem na Amazônia, aproximadamente 3.500 espécies florestais localizadas em áreas de terra firme e várzeas.

As florestas representam um potencial enorme para o suprimento de matérias-primas destinadas a quaisquer indústrias florestais. O adequado aproveitamento desse potencial pode representar o atendimento da demanda interna e externa e riqueza para o Estado.

Produção de Madeira em Tora 1975-1994 (IBGE)

Ano	Produção em m <sup>3</sup>
1975	78.000
1980	98.000
1985	257.000
1994	330.033

## **A.2 - Indústria de compensados/laminados**

Na América do Sul, o Brasil é o maior produtor de compensados, elaborados com matéria-prima oriunda de plantações existentes no sudeste do país e de madeiras tropicais da Amazônia. Estima-se que o estoque de madeiras tropicais do país é de 60 milhões de metros cúbicos. Devido a pressões ambientalistas, verificou-se uma redução na oferta de madeira no sudeste da Ásia e nos Estados Unidos o que propiciou aos produtores brasileiros um espaço no mercado internacional para os produtos semi-industrializados e de chapas de madeira. Este último representa, em média, 22% do total das exportações do sub-setor.

Estudos realizados pela FAO estimam que há uma tendência de crescimento no consumo de laminados, compensados e demais chapas de madeira ao nível mundial. Estas estimativas sugerem que até o ano 2010, haverá um crescimento de 121% em relação a 1991 para o consumo desses produtos, cujo volume poderá atingir 313 milhões de m<sup>3</sup>. Destes, 37,3% serão demandados pela Europa; 33,5% pela América do Norte e América Central; 20,5% pela Ásia e 5,4% pela América do Sul. Brasil terá uma participação de 4,7% no consumo mundial e 86,2% no consumo da América do Sul.

Amapá, tradicionalmente tem exportado artefatos de madeira, como é apresentado a seguir:

Exportações de Artefatos de Madeira do Estado do Amapá: (em US\$ FOB)

<b>Produto</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998 (Jan/Jun)</b>
Arcos de madeira, estacas fendidas, etc. de coníferas	56.933.098	27.264.725	18.262.405

Fonte: SECEX

Dados de viabilidade econômica:

Laminados e compensados

Produção/ano	63.000 m3 (70% capacidade 1º ano) 72.000 m3 (80% capacidade 2º ano)
Investimento Total	US\$ 17.850.154,87
Receita Total	US\$ 21.078.318,58 (80 % capacidade)
Custo Variável	US\$ 13.915.755,58
Custo Fixo	US\$ 2.395.258,76
Custo Total	US\$ 16.311.014,34
Lucro Líquido	US\$ 4.767.304,24
Ponto de Nivelamento	33,40%
Margem de Lucro	22,62%
Rentabilidade	26,71%
Taxa Interna Retorno	18,00%
Tempo Retorno Capital	5 anos e 4 meses

Fonte: FGV/ISAE

## **B - Aqüicultura**

A pesca na Amazônia é basicamente uma atividade extrativista, condicionada, portanto, pelo nível das águas dos rios com superprodução na época da “seca” e de escassez durante a época da “cheia” o que influi decisivamente no preço final do produto. Uma alternativa para minimizar os efeitos da sazonalidade é a criação de peixes e crustáceos em cativeiro que além de propiciar um equilíbrio entre a oferta e demanda no mercado regional, estabilizando os preços ao longo do ano, também poderá contribuir para incrementar a comercialização não só para o restante do país como para o mercado internacional.

A aqüicultura é uma atividade produtiva, que permite o equilíbrio entre o interesse econômico e a exploração racional da natureza, porque apresenta elevada produtividade por hectare (entre 2.500 e 60.000 kg/ha/ano), utilizando menos

superfície de terra, em comparação com outras atividades, como a pecuária, que varia de 70 a 300 kg/ha/ano.

A Amazônia brasileira tem nas suas reservas aquíferas o maior potencial da Terra para produção de peixes de água doce, quer em criatórios naturais em lagos e rios, quer no desenvolvimento da piscicultura racional através de criadouros que contemplem desde a produção de alevinos, passando pela cria, até alcançar o produto final pronto para consumo.

Esta atividade, inibida talvez pela produção natural, somente há alguns anos vem sendo encarada pelos empresários como importante, não só por questões ambientais, mas por ter demonstrado capacidade de oferecer retorno aos seus investimentos.

Existem diversos fatores que favorecem a sólida rentabilidade da piscicultura na Amazônia: clima de alta temperatura que favorece o crescimento dos peixes, espécies nativas que atingem grande tamanho na etapa adulta, variedade e custo de insumos disponíveis para alimentação.

No Estado do Amapá existem boas condições para a instalação de empreendimentos em piscicultura, devido a abundância de recursos hídricos e temperaturas elevadas. Estima-se que já existem entre 30 e 40 ha de viveiros com peixes no Estado; destes, 10 ha estão ocupados por viveiros em sistema de cultivo semi-intensivo de tambaqui, com uma produtividade média de 8 ton/ano. Os outros empreendimentos são cultivos de pequeno porte (carpa, tilápia), com características artesanais e que utilizam poucos recursos tecnológicos.

Este setor tem grandes ramos que agregam altos valores em produto final, como exemplo temos o processo de filetagem de peixe e a defumação.

Atualmente a média do consumo brasileira está estimada em 4 kg per capita/ano propiciando um mercado potencial brasileiro em mais de 600 mil toneladas de peixe/ano. A média do consumo na Região Amazônica é de 44 kg per capita/ano. Hoje a pesca nativa da região não produz 1/8 desta demanda, o que traz ao segmento um atrativo sem igual e um vasto potencial para empreendedores que invistam na atividade de cultivo de peixes (em especial o tambaqui), tanto para o mercado nacional como para o internacional.

Segundo a FAO, a única *commodity* que terá seu preço majorado no ano 2020 será o pescado.

Dados de viabilidade econômica:

Índices	Pescado (Tambaqui) <sup>(*)</sup>	Peixe defumado (Tambaqui) <sup>**</sup>
Produção	25 t/ha	10.500 kg de costela e 4.500 kg de filé de peixe defumado
Investimento Total	US\$ 33.185,84	US\$ 24,606.38
Receita Total	US\$ 66.371,68	US\$ 162,000.00
Custo Variável	US\$ 24.394,51	US\$ 100,640.00
Custo Fixo	US\$ 16.263,00	US\$ 43,904.20
Custo Total	US\$ 40.657,52	US\$ 144,544.20
Lucro Líquido	US\$ 25.714,16	US\$ 12,655.46
Ponto Nivelamento	38,74%	US\$ 115,914,00
Margem de Lucro	78%	7,8%
Rentabilidade	77%	51%
Taxa Interna Retorno	62%	41,0%
Tempo Retorno Capital	2 anos	1 ano e 9 meses

Fonte: CPAA/EMBRAPA-AM.

(\*) Ciclo produtivo = período de 08 meses

(\*\*) Produção anual

### **C – Pesca Extrativa: pesca artesanal e pesca industrial.**

Constitui a principal atividade econômica do Estado, ela ocorre tanto a nível de pesca artesanal como pesca industrial.

A pesca no Estado pode ser dividida de acordo com a sua finalidade econômica e o grau de tecnologia empregado. Assim, distingue-se:

- I. Pesca de subsistência, sem fins comerciais. Ocorre de maneira difusa em todo o Estado, nos locais onde há disponibilidade de corpos d'água.

- II. Pesca artesanal de pequena escala. Ocorre principalmente nos municípios de Macapá, Amapá e Oiapoque, em frota de pequeno porte, que desembarca e comercializa a produção de forma localizada. Muitos pescadores locais desta frota possuem outras atividades complementares à renda familiar.
- III. Pesca artesanal de maior escala. Ocorre principalmente nos municípios de Santana e Calçoene; está constituída de barcos de madeira, mas pelos volumes de produção, número de pescadores por barco e tamanho das embarcações, esta pesca é considerada de “pesca artesanal de maior escala”.
- IV. Pesca industrial. Tem como principal finalidade a comercialização de produtos no mercado nacional e no exterior; concentra-se na captura de piramutaba e camarões marinhos, efetuada em barcos arrasteiros de ferro, que aportam em Santana. Uma grande quantidade de peixes (fauna acompanhante) ocorrem também nas capturas.

As características das pescarias no que diz respeito às espécies alvo, tipo de embarcação, duração, artes de pesca e rendimentos, também estão relacionadas com o ambiente (lago, rio, estuário, costa, mar aberto, etc.) onde a captura tem lugar. A principal atividade pesqueira profissional ocorre em ambientes estuarinos e marinhos localizados na costa, no litoral ou na plataforma continental do Estado. A pesca de águas interiores ocorre principalmente nos lagos e nos rios, várzeas e igapós e, em geral, tem menos importância pelo seu valor econômico ou mesmo pelos volumes de pescado capturados.

Desde o ponto de vista geográfico, as principais atividades pesqueiras ocorrem em cinco setores:

- I. Planície marítima, localizada no litoral norte desde o Oiapoque até a desembocadura do Rio Araguari;
- II. Região dos lagos entre o Rio Flexal e o Rio Araguari;
- III. Setor de baixo estuário, desde o Rio Araguari até o Rio Curiaú;
- IV. Setor urbano e portuário, incluindo Macapá e Santana; e
- V. Região do alto estuário, desde a desembocadura do Rio Matapi até a fronteira com Pará.

A plataforma continental da Região Norte do Brasil possui aproximadamente 295.000 km<sup>2</sup>, dividida entre os Estado de Maranhão, Pará e Amapá, que constituem 28%, 55% e 17% do total, respectivamente (PROVAM, 1990). Assim, no Amapá correspondem aproximadamente 50.000 km<sup>2</sup> de plataforma. A larga plataforma continental do litoral norte do País apresenta características excelentes para operações de pesca com redes de arrasto de fundo.

O potencial dos recursos pesqueiros da Região Norte, encontra-se no quadro a seguir:

Estimativas do Potencial dos Recursos Pesqueiros Estuarino e Marinhos da Região Norte do Brasil

<b>Grupo</b>	<b>Espécies</b>	<b>Potencial (ton/ano)</b>
Camarões de altura		9.000
Camarões de águas rasas		35.000
Bagres água doce/estuarino	Piramutaba, dourada, filhote	44.300
Bagres estuarino/marinho	Gurijuba, bagre, uritinga	141.150
Pescadas e afins	Pescada amarela, corvina	183.060
Cações e arraias		78.860
Tainhas		18.300
Peixes de fundo duros	Pargos, garoupa, etc.	15.509
Outros peixes demersais	Peixe pedra, roncador, etc.	15.470
Peixes pelágicos costeiros	Canurupim, caval, serra, xareu,	
Atuns e afins	Atuns, bonitos	15.000
Lagostas		500
Carangueijos		375.600
Sururus		86.480
Outros recursos potenciais		30.000
<b>TOTAL</b>		<b>1.103.509</b>

Fonte: SUDEPE

Em relação aos volumes de pescado comercializados pelo Estado, vale ressaltar o seguinte:

- ✓ Muitas capturas de recursos marinhos/estuarinos realizadas dentro das águas da costa amapaense, é efetivada por frotas de outros Estados (particularmente Pará, Maranhão e Ceará, ocasionalmente, Santa Catarina), que na maioria dos casos levam a produção para desembarcar nos seus portos de origem;
- ✓ Inversamente, muitos barcos procedentes do Médio Amazonas operam nos Estados do Pará e Amazonas, mas desembarcam no Amapá

O volume e percentual do desembarque pesqueiro no Estado, verifica-se no quadro a seguir:

Distribuição Percentual do Desembarque Pesqueiro Médio no Estado do Amapá – 1980 / 1994.

Espécies	Médias Anuais de Produção (%)			
	Períodos			Média
	1980-1984	1985-1989	1990-1994	1980-1994
Camarão rosa	0,0	13,8	12,1	9,0
Outros camarões	0,0	0,0	5,0	-
Bagre	22,2	10,0	9,4	14,9
Dourada	21,6	27,1	27,1	25,9
Gurijuba	26,4	20,3	22,3	23,7
Pescada	6,5	8,5	9,0	9,3
Tainha	5,9	9,3	8,8	9,7
Outras espécies	17,4	15,0	10,3	16,5
<b>Totais (%)</b>	<b>96,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Totais (ton)</b>	<b>1.384,0</b>	<b>4.223,0</b>	<b>4.616,0</b>	<b>3.408,0</b>

Fonte: PAIVA, 1996

De acordo com estimativas de PAIVA (1996), do total de desembarque médio anual, 87% é oriundo da pesca artesanal e 13% da pesca industrial.

A produção de pescado que desembarca nos portos do Estado, pode ser vendida direto ao consumidor, ou indiretamente através de atravessadores, empresas de pesca ou ainda frigoríficos particulares. Neste último caso, ocorrem dois fluxos de comercialização:

- ✓ O produto é vendido a balanceiros ou atravessadores, que por sua vez o repassam para distribuidores que finalmente o vendem ao consumidor. O pescado é vendido, neste caso, *in natura* e geralmente dentro do Estado;
- ✓ A produção é vendida aos frigoríficos do Estado, que após o seu beneficiamento, distribuem os produtos para outros Estados do Brasil, ou para o exterior.

No caso das capturas realizadas por frotas de outros Estados, muitas vezes a produção é levada diretamente para os portos de origem, onde é comercializada também para atravessadores ou fábricas beneficiadoras.

## Destino dos Principais Produtos Pesqueiros do Estado do Amapá

Produto	Destino Principal	Formas de Comercialização	Utilização
Peixes Siluriformes (dourada, gurijuba, bagre, filhote, etc.)	São Paulo, Minas Gerais, Belém (Pa), Goiás e Brasília	Eviscerado e sem cabeça; Postas; Filé e Lombo	Alimentação
Camarão regional	São Paulo	Congelado, descascado	Alimentação
Camarão rosa	Estados Unidos e Japão	Congelado	Alimentação
Grude de gurijuba	China, Hong Kong, e Alemanha	Seco	Cervejas, Vinhos, Colas e Filmes
Abas de tubarão	Japão	Secas	Alimentação

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente do Amapá, 1997

Os preços pagos pela produção dependem da espécie e do comprador. Os frigoríficos pagam menos do que os balanceiros ou atravessadores, porém compram maiores quantidades. Na primeira comercialização os bagres, como a gurijuba ou a dourada, podem alcançar entre R\$ 1,00 e R\$ 2,00 / kg. No mercado consumidor local, estas espécies podem ser compradas por até R\$ 4,00 / kg. Já em Brasília ou São Paulo, estes mesmos peixes podem ser vendidos ao consumidor até por R\$ 12,00 / kg.

## Renda Bruta da Atividade Pesqueira no Amapá - 1996

Produto	Produção estimada (ton/ano)	Preço médio (US\$ / kg)	Renda Bruta (US\$ 1,00)
Camarão rosa	500	16,00	8.000.000
Camarão regional	500	1,50	750.000
Peixes (geral)	3.000	2,00	6.000.000
Gurijuba	500	1,50	750.000
Grude	100	8,00	800.000
<b>TOTAL</b>	<b>4.600</b>	-	<b>16.300.000</b>

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amapá, 1997

O valor da produção pesqueira do Estado, no ato da primeira comercialização, deve superar os 16 milhões de dólares/ano. Isso representa aproximadamente 10% do valor estimado para a produção pesqueira de toda a Amazônia brasileira, segundo estimativas do Museu Emílio Goeldi (1995).

A infra-estrutura de apoio à pesca é significativa. O Estado tem um potencial para produzir em torno de 159 t/dia de gelo, o equivalente a 58.000 ton/ano e uma

capacidade de estocagem a frio muito elevada, de aproximadamente 2.000 ton., sem considerar a armazenagem de forma artesanal em freezer domésticos ou em urnas isotérmicas, com capacidade que variam de 0,5 a 2,0 ton.

#### Capacidade Frigorífica para a Fabricação de Gelo no Amapá -1996

<b>Localização</b>	<b>Produção (ton/dia)</b>
Frigorífico Polar – Santana	50,00
Frigorífico Pacífico Ltda. – Santana	50,00
Studart Pescados e Assoc. Ltda. – Santana	24,00
Frigorífico Calçoene	26,00
Frigorífico Amapá	5,00
Frigorífico Oiapoque	3,00
Comerciantes Oiapoque	0,75
Outros locais (artesanal)	0,25
<b>Total do Estado</b>	<b>159,00</b>

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amapá, 1997

#### Infra-Estrutura Frigorífica de Armazenagem e Beneficiamento no Amapá - 1996

<b>Local</b>	<b>Infra-estrutura</b>	<b>Capacidade</b>
Frigorífico Polar - Santana	2 câmaras de estocagem (70x2) 1 túnel de congelamento 1 câmara de espera salas de beneficiamento	140 ton. 10 ton/dia 20 ton. 10 ton
Frigorífico Pacífico Ltda. – Santana	2 câmaras de estocagem (200:600) 1 túnel de congelamento 1 câmara de espera 1 silo para gelo 1 estação tratamento água salas de beneficiamento	800 ton. 40 ton/dia 50 ton. 200 ton. 250.000 l 10 ton.
Studart Pescados e Associados Ltda. - Santana	1 túnel de congelamento 1 câmara de estocagem 3 armários p/pré-congelamento salão de beneficiamento 4 máquinas classificadoras	8 ton/dia 700 ton. 3.300 ton. 30 ton. -
Frigorífico Estadual – Amapá	5 câmaras de estocagem	300 ton.

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Amapá, 1997

O Estado do Amapá é um exportador tradicional de camarões congelados, como demonstra-se a seguir:

#### Exportações de Camarão do Amapá – 1996 / 1998

Ano	Valor em US\$ FOB
1996	4.399.479
1997	1.490.016
Jan./Jul. – 1998	-

Fonte; SECEX

### Legislação vigente

A Constituição de 1988 traz dois conceitos novos aplicáveis para a legislação pesqueira:

- ✓ O princípio de descentralização
- ✓ A legislação concorrente

Por ambos princípios é permitido delegar competências para os estados e municípios, permitindo uma ação legisladora em defesa do meio ambiente e dos recursos naturais, visando complementar e reforçar as ações do governo federal. Cabe destacar o Código de Meio Ambiente do Estado do Amapá.

As principais legislações legais que regulamentam a pesca das águas interiores, estuarinas e marinhas, que banham o Estado do Amapá, são:

#### *i - Disposições Federais*

- ✓ Licenças, registros e Permissões. Uma série de disposições legais, dentre as quais destacam-se os decretos-lei 221/67 e 68.459/71; e as portarias 1.581/89, 1.624/89 e 110-N/92. Estabelecem categorias de pesca, pescadores e embarcações pesqueiras, estabelecendo normas para a obtenção de licenças, registros, arrendamentos e obrigatoriedade de cadastros, bem como competências na legislação de pesca. Estas disposições encontram-se atualmente em revisão.
- ✓ Pesca na Bacia Amazônica. Desde Fevereiro de 1996 está vigente a portaria 008/96 que estabelece as restrições para a pesca nos rios e corpos d'água da bacia hidrográfica do Rio Amazonas. Observa-se que uma boa parte da pesca fluvial do Amapá não fica coberta por esta portaria, uma vez que, segundo a definição da portaria, as capturas ocorrem em rios que não fazem parte da bacia amazônica. Esta situação exigiria uma extensão da legislação, para evitar contradições dentro das águas interiores do Estado.
- ✓ Lei da Piracema. De acordo com o disposto pela lei Federal N° 7.679/88, anualmente o IBAMA deve estabelecer um período de proteção às espécies de peixes durante a época de reprodução. Existem também, as leis de defeso do

pirarucu, do camarão e da gurijuba, assim como a proteção à desova de quelônios.

- ✓ Portarias estabelecendo o tamanho mínimo de captura do pargo, do espadarte, e da albacora.
- ✓ Portarias 011/87 e N-009/83, proibindo a pesca de arrasto em determinadas áreas.

## **ii – Disposições Estaduais**

- ✓ Portaria estadual 155/95 estabelecendo os tamanhos mínimos para algumas espécies dulcícolas não contempladas pela legislação federal, a saber: acará-açu, aruanã, jaraqui, matrinxã e caranguejo.

Dados de viabilidade econômica:

Camarão marinho (cultivo semi-extensivo)

Produção	2.400 kg/ha
Investimento Total	US\$ 2.191.942,90
Receita Total	US\$ 1.347.840,00
Custo Variável	US\$ 517.560,00
Custo Fixo	US\$ 291.128,00
Custo Total	US\$ 808.688,00
Lucro Líquido	US\$ 306.872,00
Ponto Nivelamento	35,1%
Margem de Lucro	22,8%
Rentabilidade	14,0%
Taxa Interna Retorno	13,0%
Tempo Retorno Capital	7 anos

Fonte: FGV/ISAE

## **D - Amido de mandioca**

A mandioca é um dos principais produtos, em área plantada, da Região Amazônica seja para fins comerciais seja para subsistência. Produto consumido em forma de farinha e produzida, via de regra, de forma artesanal, a mandioca é subutilizada em seu potencial produtivo, verificando-se um desperdício considerável nessa forma de produção primária.

O potencial para produção da mandioca e sua industrialização no Estado pode ser verificada pelo volume de produção.

### Produção de Mandioca no Estado do Amapá

<b>Ano</b>	<b>Produção (toneladas)</b>
1996	25.550
1997	31.340

Fonte: SEPLAN/AP

A industrialização aparece como uma das formas com maior possibilidade de aproveitamento do produto que pode ser direcionada para o consumo humano, na forma de farinhas cruas ou torrada e polvilhos (doce e azedo), e para consumo animal, na forma de raspas e resíduos da própria indústria ou, simplesmente, transformada em fécula ou amido para fins industriais.

A produção mundial de amidos é de 34 milhões de toneladas atualmente, com valor estimado em 14 bilhões de dólares. Estima-se que esta produção deve ultrapassar 40 milhões de toneladas no ano 2000. O maior produtor é os Estados Unidos, com 14 milhões de toneladas, seguidos dos países asiáticos com 11 milhões, a União Européia com 6 milhões, a América Latina com 1,3 milhão e o Brasil com 1 milhão de toneladas.

A diversidade da aplicação do amido de mandioca como matéria-prima na indústria oferece-lhe uma ampla oportunidade de mercado interno brasileiro, mas também há grandes possibilidades de chegar a ser fornecedor do mercado externo. Estima-se que a nível mundial, 95% do amido é destinado a usos industriais diferentes daqueles utilizados como ingredientes em alimentos e, somente 5% é destinado à alimentação humana.

Em nível nacional, o maior consumidor de fécula de mandioca é o Estado de São Paulo. Aproximadamente, 80% desse consumo cabe aos frigoríficos e panificadoras e o restante, dividido entre as indústrias químicas, farmacêuticas, têxteis e outras. Os outros grandes consumidores são os Estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro.

A conquista, portanto, dos mercados interno e externo dependerá de um bom padrão de qualidade e de uma racionalização dos custos com conseqüente reflexo

sobre os preços, tornando-os mais competitivos, principalmente, no mercado internacional.

Dados de viabilidade econômica:

Amido de mandioca

Produção/ano	4.500 toneladas
Investimento Total	US\$ 562.384,07
Receita Total	US\$ 1.194.690,27
Custo Variável	US\$ 935.798,23
Custo Fixo	US\$ 80.933,63
Custo Total	US\$ 1.016.731,86
Lucro Líquido	US\$ 177.958,38
Ponto de Nivelamento	31,3%
Margem de Lucro	14,9%
Rentabilidade	31,64%
Taxa Interna Retorno	28,8%
Tempo Retorno Capital	3 anos e 3 meses

Fonte: FGV/ISAE

### ***E – Palmito***

A Região Amazônica da suporte a mais de 95% da produção nacional de palmito. A instalação da indústria de palmito na Amazônia começou no final dos anos 60, no Estado do Pará.

A produção de palmito no Amapá, de acordo com dados do IBGE, atingiu a 2.492 ton. no ano de 1994.

A indústria de conserva de palmito apresenta uma estrutura tecnológica relativamente simples que não demanda elevados investimentos e depende da eficiência das operações manuais de corte e acondicionamento do produto.

Tanto o mercado nacional como o internacional são considerados de grande potencial para o palmito. Isto porque, a produção brasileira de palmito já chegou a atingir 132.104 toneladas em 1985; mas em 1994 a produção brasileira caiu para 21.900 toneladas, representando uma queda de 83% em relação a 1985. Um dos fatores responsáveis por esta situação é, provavelmente, a escassez da matéria-prima devido ao esgotamento das reservas das palmáceas nativas localizadas mais próximas dos centros produtores além da restrição de vários países ao produto originário do extrativismo. Atualmente, o mercado do palmito está sendo retomado incrementando-se a produção através da extração da matéria-prima oriunda do cultivo da pupunha.

No que se refere ao mercado externo, países europeus como França, Espanha e Itália são tradicionais importadores de palmito em conserva brasileiro. A demanda destes países corresponde a mais da metade das exportações brasileiras sendo a França o principal consumidor do produto. O outro grupo de países demandantes encontra-se no continente americano, sendo os Estados Unidos o principal comprador. É importante destacar que das importações de palmito enlatado realizadas pelos Estados Unidos o produto brasileiro tem preferência, representando cerca de 80% do total das importações.

Dados de exportações de palmito do Amapá, encontram-se a seguir:

Exportações de Palmitos Preparados ou Conservados - Estado do Amapá – 1996 / 1998.

<b>Ano</b>	<b>Valor em US\$ FOB</b>
1996	7.185.141,00
1997	6.585.115,00
Jan./Jun.-1998	3.446.184,00

Fonte: SECEX

## Dados de viabilidade econômica

### Palmito de pupunha

Produção/ano	1.200.000 vidros de 1 Kg
Investimento Total	US\$ 841.542,48
Receita Total	US\$ 3.185.840,71
Custo Variável	US\$ 2.574.318,23
Custo Fixo	US\$ 113.175,22
Custo Total	US\$ 2.687.493,45
Lucro Líquido	US\$ 498.347,26
Ponto de Nivelamento	18,5%
Margem de Lucro	15,64%
Rentabilidade	59,22%
Taxa Interna Retorno	46,4%
Tempo Retorno Capital	2 anos e 5 meses

Fonte: Pesquisa

### ***F – Óleo de dendê***

A Amazônia possui cerca de 70 milhões de hectares consideradas áreas aptas ou aproveitáveis para o cultivo do dendzeiro. Dessa área potencial somente 47.480 hectares são utilizados efetivamente com a cultura. Os Estados da Amazônia Ocidental, como Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima têm, em conjunto, 59 milhões de hectares, correspondendo a 84,29% do total da área potencialmente aproveitável.

## Área Potencial e Área Plantada com Dendê no Brasil - 1996

Estados	Potencial (Ha)	Área Plantada	Área em Produção
Acre	2.500.000	-	-
Amapá	1.500.000	4.000	3.500
Amazonas	50.000.000	2.000	-
Mato Grosso	500.000	-	-
Pará	10.000.000	32.977	24.601
Rondônia	1.000.000	-	-
Roraima	4.000.000	-	-
Tocantins	500.000	-	-
Bahia	-	8.503	3.400
<b>Total</b>	<b>70.000.000</b>	<b>47.480</b>	<b>31.501</b>

O cultivo de dendê ainda é incipiente no Brasil, que produz 84.000 t/ano de óleo de dendê. A produção de óleo não chega a atingir 1% do total produzido na Malásia. A produção mundial é de 15,3 milhões de t/ano.

No âmbito mundial, o Brasil ocupa o 13º lugar entre os países produtores; na América Latina ocupa o 3º lugar depois da Colômbia e o Equador.

Existe no país um total de 12 indústrias de processamento de óleo de palma, sendo 7 localizadas no Pará com capacidade instalada de extração para 152 t/hora de cachos de frutos frescos (CFF), 3 na Bahia com capacidade para 62 t/hora de CFF, 01 no Amapá para 12 t/hora de CFF e 01 no Amazonas para 6 t/hora de CFF.

Em decorrência de suas vantagens econômicas e extra-econômicas, tais como alta produtividade, condições favoráveis de competitividade no mercado, baixo custo de produção, propriedades químicas ricas em nutrientes como as vitaminas A e E, baixo índice de colesterol, além da diversidade de usos e aplicações na industrialização de produtos alimentícios, o óleo de palma frente às demais oleaginosas tem perspectivas otimistas no mercado mundial futuro. Estima-se que irá superar o óleo de soja por volta do ano 2000, com uma participação de 20% da produção mundial de óleos e gorduras contra 19% do óleo de soja.

Atualmente no mercado das *commodities* este produto apresenta-se estável e com oferta crescente, os cinco maiores consumidores mundiais (China, Índia, Paquistão, Estados Unidos e Japão) aumentaram sua atuação no mercado em 5 vezes num período de 1973-1997, com um crescimento médio de 7%/ano.

O mercado brasileiro também apresenta boas perspectivas de consumo para óleo de palma que, atualmente, está em torno de 160 mil t/ano. Deste total, quase a metade é importada, porém a produção nacional, aos poucos, vem ocupando espaço no mercado interno, pois em 1992, 94% de abastecimento de óleo de palma provinham de importações de outros países. Há estimativas de que para o ano 2012 o consumo de óleo de palma e seus derivados no mercado brasileiro esteja em torno de

372 mil toneladas/ano. A taxa de crescimento médio do consumo brasileiro é de 6% ao ano, próxima do crescimento mundial (7% ao ano).

Dados de viabilidade econômica

Óleo de Dendê (incluindo o plantio de 600 ha de dendê)

Produção/ano	2.439,4 toneladas
Investimento Total	US\$ 1.993.200,00
Receita Total	US\$ 1.573.736,80
Custo Variável	US\$ 824.783,19
Custo Fixo	US\$ 196.523,89
Custo Total	US\$ 1.021.307,10
Lucro Líquido	US\$ 552.429,70
Ponto de Nivelamento	26,24%
Margem de Lucro	35,10%
Rentabilidade	27,70%
Taxa Interna Retorno	28,00%
Tempo Retorno Capital	4 anos e 6 meses

Fonte: CPAA/EMBRAPA-AM

### **G- Turismo Ecológico**

O turismo é hoje fonte integrante da vida de milhões de pessoas. Como estratégia econômica é apontado como agente complementar na criação de riquezas, que estimula outras indústrias, fortalece o sistema geral de serviços, facilita a implementação da infra-estrutura, gera emprego e promove renda. O turismo é uma atividade econômico-social complexa que precisa de um desenvolvimento planejado para atingir positivamente a economia das regiões que o exploram.

Segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo, que congrega as maiores empresas multinacionais do setor, o mercado turístico mundial empregou, em 1991, 183 milhões de pessoas; em 1994, 204 milhões, ou seja, um de cada nove trabalhadores do mundo.

No período 1985/93, apesar da recessão mundial, o número de turistas que empreendeu viagens internacionais passou de 380 para 500 milhões. A Organização Mundial de Turismo estima que esse número atingirá 661 milhões no ano 2000.

Os ganhos financeiros provenientes do turismo internacional, mesmo excetuando-se os ganhos do setor de transportes, chegou a US\$ 324 bilhões em 1993; dos quais, Europa detém 52%, as Américas, 27%, o Extremo Oriente e Pacífico, 16% e pela África, Oriente Médio e outras regiões da Ásia, os 5% restantes.

O Mercado do Caribe teve mais de 5 milhões de turistas internacionais no ano 1997 podendo ser atraídos para o produto “Amazônia”, por via terrestre (BR-174) ou aérea (aeronaves comerciais). De acordo com informações da EMBRATUR, Brasil teve, em 1997, em torno de 2 milhões de turistas.

O Estado do Amapá apresenta potencialidade para explorar atividades turísticas, principalmente o turismo ecológico ou ecoturismo, dada sua riqueza paisagística e localização geográfica, pois ocupa uma posição privilegiada em detrimento das demais unidades amazônicas, dada sua maior proximidade com os grandes mercados emissores de turistas e o fato de ser um Estado litorâneo, cuja capital situa-se a margem do Rio Amazonas, possibilitando a comunicação para o interior da região, via fluvial.

O fluxo turístico nacional que converge para o Amapá tem sido motivado basicamente pelo turismo de negócios, com mais de 60%. A parcela que tem como motivação o turismo de lazer tem se situado sempre em menos de 5%; e o turismo de convenção nunca chegou a ultrapassar os 4% do fluxo nacional, estimado pelo DETEUR – Departamento Estadual de Turismo, em 15.000 pessoas, para 1997. O fluxo turístico estrangeiro tem sido sempre muito baixo.

Em 1991, através da Lei N° 8.387, e sancionada pelo Decreto N° 517 de 08/05/92, a cidade de Macapá foi considerada como Área de Livre Comércio de Produtos Importados, tendo como objetivo promover o desenvolvimento da região e incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos. Macapá, a capital do Estado, é a cidade que reúne maiores condições para implementação da atividade turística, a curto prazo, pois ainda que os serviços oferecidos não sejam ideais, dispõe de meios de hospedagem, restaurantes, transportadoras, agências de turismo, casa de câmbio e aeroporto internacional, entre outros.

Numa avaliação preliminar detectam-se vários pontos de atração cobrindo os diferentes ecossistemas com variadas opções para exploração turística: Macapá, Mazagão Velho, Fortaleza de São José do Macapá, reservas extrativistas, Cachoeira Santo Antônio, Balneário Porto Grande, Serra do Navio, Área Indígena Waiãpi, cachoeiras e trilhas naturais, Hotel-Fazenda de Aporema, a pororoca (encontro das águas do Rio Amazonas com o mar oceânico), pesca esportiva, Lago Piratuba, Hotel-Fazenda de Pracuúba, Base Aérea do Amapá e Praia do Goiabal, entre outros lugares turísticos.

Entre os diferentes monumentos encontrados na capital, destaca-se o Marco Zero do Equador, monumento construído para registrar a evidência geográfica da

Linha do Equador, apresentando um obelisco representado por um relógio de sol. Está localizado a 02 km do centro da cidade e por estar posicionado estrategicamente entre os hemisférios norte e sul, permite que o visitante esteja simultaneamente nos dois hemisférios.

Portanto, abrem-se boas perspectivas de investimentos públicos e privados em infra-estrutura turística, incluindo otimização da melhoria de infra-estrutura hoteleira, do sistema de transporte e das comunicações; da capacitação e treinamento do pessoal envolvido na atividade de ecoturismo; bem como a criação de novas opções de lazer.

### ***H – Castanha-do-Brasil***

A castanha, conhecida por diferentes nomes: amendoeira-da-América (já abandonado), castanha-do-maranhão (já em desuso), touca dos antigos portugueses, castanha-do-pará e castanha-do-brasil (classificação do Ministério da Agricultura). Por iniciativa do Peru e Bolívia, em 1992, em encontro internacional sobre castanha, foi proposta e aprovada a designação de castanha-da-amazônia, em vista de sua ocorrência também naqueles países. Essa nova designação pode passar a vigorar dentro em breve.

A castanheira tem acentuada preferência pelas terras altas e de características argilosas e argílico-silicosas. No Estado do Amapá, a região do Jari detém o primeiro lugar em potencial de produção, com destaque para os vales dos rios Maracá, Iratapuru e Cajari. É interessante anotar que, com a queda de produção sofrida pela borracha no princípio do século, então o principal sustentáculo da economia da Amazônia, a castanha substituiu a “hévea” no seu papel sustentador da estabilidade econômica das regiões extrativas dos altos rios.

Muitas aplicações têm sido encontradas para a castanheira. Os “ouriços” podem ser usados como combustível ou na confecção de diversos objetos. Entretanto, o produto de maior valor é a amêndoa, considerada alimento rico em proteínas, lipídios e vitaminas, podendo ser consumida “in natura” ou como ingrediente de uma grande variedade de receitas. Dela se extrai um óleo de bom coeficiente de digestibilidade e que também pode ser empregado como lubrificante na moderna aviação. Do resíduo dessa extração, por processo mecânico ou empregando solventes, obtêm-se respectivamente a torta e o farelo, de amplo uso na alimentação humana, como misturas em farinhas ou rações para alimentação animal. O “leite” de castanha, similar ao de coco, e rico em proteínas, é outro subproduto de grande valor na culinária regional, com bom potencial de mercado. A madeira apresenta boas propriedades para uso na construção naval e civil. A casca da castanheira fornece estopa de qualidade superior com emprego em calafetagem de embarcações.

No entanto, a castanheira é uma árvore protegida por lei, sendo proibido seu abate em face do reconhecido valor econômico que possui seu fruto como produto extrativo florestal e da importância sócio-ambiental de sua exploração sustentada.

Os principais tipos de negócios que podem ser desenvolvidos são:

- ✓ Plantio comercial para produção de castanha com casca e seca;
- ✓ Usina de beneficiamento descentralizado;
- ✓ Agroindústria de pequeno porte para transformação da castanha;
- ✓ Fábrica de biscoito de soja com castanha;
- ✓ Fábrica de “leite” e farinha de castanha.

A oferta de castanha na Região Amazônica é extrativista em sua totalidade. Dados do IBGE indicam que a oferta do produto, em 1992, foi de 25.303 ton.. O total da produção regional do produto está assim distribuída:

#### Estados Produtores de Castanha na Região Amazônica - 1996

<b>Estado Produtor</b>	<b>Participação (%)</b>
Acre	44,10
Pará	43,30
Amapá	6,10
Rondônia	4,10
Mato Grosso	1,50
Amazonas	0,90
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Fonte: GTA

A produção do Amapá, historicamente, tem sido a constante do quadro a seguir:

#### Produção de Castanha-do-brasil no Estado do Amapá – 1975 - 1994

<b>Ano</b>	<b>Produção (ton.)</b>
1975	1.041.000
1980	2.453.000
1985	2.366.000
1994	1.650.000

Fonte: Fundação IBGE

A demanda mundial de amêndoas está concentrada no “Primeiro Mundo” e vem crescendo a taxas de 4% anualmente. A demanda brasileira está em torno de 3% a 5%, apenas, da produção nacional. As três maiores empresas exportadoras controlam mais de 50% do mercado exportador. O restante é controlado por mais de vinte empresas beneficiadoras/exportadoras.

Os preços para comercialização da castanha encontram-se no quadro a seguir:

Preços da Castanha-do-brasil no Estado do Amapá - 1997

<b>Discriminação</b>	<b>Tipo de produto</b>	<b>Preço em US\$/ton.</b>
Estado produtor	Castanha em bruto	290,00
	Castanha seca em casca	570,00
	Castanha semi-beneficiada (descascada e com umidade entre 2% e 4%)	1.500,00
Mercado externo	Castanha seca descascada, tipo exportação	3.200,00
Mercado nacional	Castanha seca descascada, tipo exportação	3.500,00

Fonte: GTA

Como visto anteriormente, a quase totalidade de castanha-do-Brasil é destinada ao mercado internacional. O mercado mundial de castanhas comestíveis alcança os US\$ 2 bilhões, dos quais o Brasil participa com menos de 2% (cerca de US\$ 50 milhões). O principal importador do produto são os Estados Unidos, com 9,5 toneladas por ano; desse total, 74% procederam do Brasil, 13% da Bolívia, 9% do Peru e apenas 4% de outros países. Também constituem importantes mercados para o produto brasileiro o Reino Unido, Alemanha e Itália.

O potencial do mercado de castanha-do-Brasil está no aumento do produto aos países importadores, ou de alta renda, e na redução de seu preço para os mercados em desenvolvimento. O aumento da oferta irá tirar a quota de mercado de outras castanhas comestíveis em países importadores, enquanto fará baixar o preço no mercado mundial, encorajando o aumento da demanda nos países de menor renda. Assim, o mercado de castanha-do-Brasil apresenta potencial de crescimento, tanto pelo lado da demanda, como pela substituição de outras castanhas, que caracteriza o mercado internacional de nozes e amêndoas. Estima-se que a participação da castanha poderia alcançar US\$ 67 milhões na pauta de exportações brasileiras.

Dados de viabilidade econômica

1 - Castanha-do-brasil em casca e semi-industrializada

<b>Índices</b>	<b>Castanha-do-brasil (em casca)</b>	<b>Castanha-do-brasil (semi-industrializada)</b>
Produção/ano	16,5 ton. / 5 ha	525 kg de castanha descascada e seca
Investimento Total	US\$ 15.690,10	US\$ 1.785,00
Receita Total	US\$ 8.464,50	US\$ 1.365,00
Custo Variável	US\$ 3.089,22	US\$ 599,59
Custo Fixo	US\$ 1.520,00	US\$47,25
Custo Total	US\$ 4.609,22	US\$ 646,84
Lucro Líquido	US\$ 3.855,28	US\$ 718,16
Ponto de Nivelamento	28,28%	6,17%
Margem de Lucro	45,50%	52,61%
Rentabilidade	24,57%	40,23
Taxa Interna Retorno	24,00%	39,00%
Tempo Retorno Capital	4 anos e 1 mês	2 anos e 6 meses

Fonte: GTA

## 2 - Castanha-do-brasil beneficiada (agroindústria para exportação)

Produção/ano	196 ton. de castanha descascada e seca 216 ton. de castanha beneficiada em casca Total de 412 ton.
Investimento Total	US\$ 522.079,57
Receita Total	US\$ 1.019.120,00
Custo Variável	US\$ 745.892,64
Custo Fixo	US\$ 78.181,65
Custo Total	US\$ 824.074,29
Lucro Líquido	US\$ 144.821,44
Ponto de Nivelamento	28,61%
Margem de Lucro	14,21%
Rentabilidade	27,74%
Taxa Interna Retorno	36,00%
Tempo Retorno Capital	3 anos e 8 meses

Fonte: GTA

### ***I – Agroindústria de Frutos Tropicais – Açaí e Cupuaçu***

#### ***I. 1 - Açaí***

A *Euterpe oleracea*, Mart., ou açaí, como é mais conhecida, é uma palmeira tipicamente tropical, encontrada em estado silvestre e fazendo parte da vegetação florística das matas de terra firme, várzea e igapó, sendo seus frutos muito procurados para produção do tradicional “vinho de açaí”, utilizado na alimentação popular e elaboração de sucos, picolés e sorvetes.

O Pará é o principal Estado produtor, seguido do Amapá e, em ambos, as maiores extensões de açaizais estão localizadas na região estuarina do Rio Amazonas, com destaque para as ilhas e baixos cursos dos rios daquela região. A planta é espontânea e abundante na parte oriental da Amazônia, do litoral Atlântico até Óbidos, ao norte, e até os arredores de Parintins, ao sul do grande rio.

Como todo produto extrativo, é difícil quantificar o volume ofertado de açaí, geralmente referem-se ao consumo do produto, considerados como muito próximos da quantidade que chega ao mercado, até porque praticamente não existe estoque do produto.

A oferta brasileira de fruto do açaí concentra-se na Amazônia, como pode-se apreciar no quadro a seguir:

Produção Regional de Açaí na Amazônia brasileira – 1990 / 1992

Estados	1990		1991		1992	
	ton	%	Ton	%	Ton	%
Pará	113.292	93,79	108.934	93,46	117.488	94,33
Rondônia	65	0,05	80	0,07	92	0,07
Acre	329	0,27	351	0,30	360	0,29
Amapá	3.080	2,55	3.240	2,78	2.812	2,26
Maranhão	4.030	3,34	3.954	3,39	3.804	3,05
<b>Brasil</b>	<b>120.796</b>	<b>100,00</b>	<b>116.559</b>	<b>100,00</b>	<b>124.556</b>	<b>100,00</b>

Fonte: GTA

A produção estadual de açaí, é apresentada no quadro a seguir:

Produção de Açaí no Estado do Amapá - 1975 – 1994

Anos	Produção açaí – fruto (kg)
1975	1.576.000
1980	636.000
1981	3.731.000
1982	4.268.080
1983	2.427.750
1984	1.853.353
1985	2.247.000
1994	2.860.000

Fonte: IBGEO

No grande estuário encontram-se concentrações médias de 200 touceiras por hectare. Uma touceira possui em torno de 20 palmeiras, das quais pelo menos 3 em produção, largando cada uma de 6 a 8 cachos anualmente (em duas safras), com 2,5 kg cada, o que representa de 15 a 20 kg de frutos por palmeira, num total aproximado de 12 toneladas de frutos / ha/ ano. A produtividade da espécie, para palmito, também é economicamente viável. Considerando-se o descarte médio de uma palmeira / touceira / ano, que num sistema de manejo seria aquela que já apresentaria baixa produtividade para frutos, um hectare pode produzir 200 kg de palmito / ano, num sistema integrado de manejo para exploração do fruto e do palmito de açaí.

O açazeiro é uma espécie de grande importância sócio-econômica para a Amazônia, devido ao seu enorme potencial de aproveitamento integral de matéria-prima. De sua polpa é extraído o “vinho”; as sementes são utilizadas para artesanato e adubo orgânico. A planta fornece ainda um ótimo palmito e suas folhas são utilizadas para cobertura de casas na Região Amazônica.

A distribuição do valor agregado anual proveniente do palmito do açai, no Estado do Amapá, permite observar que o valor dos frutos do açai é 8 vezes superior ao fornecido pelos palmitos. Mas a exploração do açai pelo palmito beneficia menos as populações locais que a exploração pelo seus frutos. Entretanto a industrialização dos palmitos permite a entrada de divisas na região.

#### Distribuição do Valor Agregado Anual do Palmito

Nível	Frutos	Palmitos	% Total
Economia local das várzeas	22,50%	14,60	21,70
Economia local urbana	46,25%	0,60	41,30
Economia extra-local	31,25%	84,80	37,00
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Valor total (R\$1,00)</b>	<b>18.250.000</b>	<b>2.199.634</b>	<b>20.449.634</b>

Fonte: SEPLAN/AP

Os ganhos do ribeirinho são em média de R\$ 4.800,00 / ha por exploração frutífera e de R\$ 600,00 / ha por exploração dos palmitos de açai.

O preço médio anual de uma “rasa” de 15 kg de frutos de açai está em torno de US\$ 14,00, enquanto que há dez anos atrás, em 1986, a mesma rasa valia em torno de 5 vezes menos do que vale hoje, demonstrando a valorização do produto nos últimos anos.

Uma das mais rentáveis possibilidades comerciais do açai, é a produção e comercialização de seu fruto *in natura*. Através do cultivo, ou do manejo adequado de açais nativos, a produção de frutos para o mercado local é uma atividade de baixo custo e de excelente rentabilidade econômica.

O caráter perecível do “vinho” do açai, não resistindo mais de 72 horas, mesmo sob refrigeração, está contornado pela pesquisa da EMBRAPA/PA, desenvolvendo uma tecnologia para a obtenção de açai desidratado. Outro método que está sendo utilizado pelas indústrias de sorvetes da região, é submeter o suco “concentrado”, ou polpa à temperatura de - 40°C, preservando grande parte de suas propriedades.

Com a difusão destas tecnologias nas cooperativas e indústrias, a atividade extrativa poderá beneficiar-se da expansão da demanda em todo o país, intensificando as técnicas de manejo do açaisal e ampliando os lucros oriundos de sua exploração.

A demanda pelo açai fora da região também está em alta, apresentando o produto muito boas possibilidades de mercado, de modo particular no Rio de Janeiro

e em São Paulo. No Rio de Janeiro, seu “vinho” já é servido nas praias, diretamente ao consumidos, onde a demanda por esse produto, até há pouco considerado exótico, é crescente e começa a ganhar popularidade entre os cariocas e turistas.

Em nível internacional, o produto é desconhecido. Como o consumidor de polpas de frutas está sempre à procura de novos sabores, e sendo o açaí um produto de características originais, um bom trabalho de *marketing* contribuirá muito para a conquista desse mercado.

Em contraposição, o palmito do açazeiro tem muita boa aceitação no mercado internacional. Seu consumo está crescendo, gerando divisas que equivalem às da castanha-do-Brasil, com quem divide a liderança das exportações regionais de produtos florestais não-madereiros. Vale ressaltar que a exploração desordenada da espécie está sendo substituída por sistemas de exploração sustentável. Em face disso, o cultivo do açazeiro e a introdução de manejo adequado de suas populações nativas são requisitos que tendem a ganhar importância cada vez maior na exploração desta palmeira.

As exportações amazônicas de palmito do açaí, encontram como seus principais compradores, os países abaixo relacionados.

Participação dos Países nas Exportações de Palmito de Açaí – 1996

<b>Países</b>	<b>Participação (%)</b>
Argentina	38,70
França	25,10
Estados Unidos	12,20
Espanha	4,50
Itália	3,50
Outros	16,00
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

Fonte: GTA

Dados de viabilidade econômica da cultura do Açaí.

Índices	Açaí – frutos	Açaí - polpa
Produção/ano	60 toneladas de frutos / 5 ha	29 ton. de polpa congelada de açaí 5 toneladas de açaí em pó
Investimento Total	US\$ 11.316,38	US\$ 202.260,00
Receita Total	US\$ 56.000,00	US\$ 213.800,00
Custo Variável	US\$ 17.516,00	US\$ 112.337,72
Custo Fixo	US\$ 5.893,68	US\$ 37.733,28
Custo Total	US\$ 23.409,68	US\$ 151.071
Lucro Líquido	US\$ 24.198,31	US\$ 46.576,00
Ponto de Nivelamento	15,31%	37,19%
Margem de Lucro	43,21%	21,78%
Rentabilidade	213,83%	23,03%
Taxa Interna Retorno	52,50%	49,25%
Tempo Retorno Capital	6 meses	4 anos e 6 meses

Fonte: GTA

## 1.2 – Cupuaçu

O cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*) é uma planta de produção sazonal típica da região Amazônica e no encontra-se disseminada em todos os Estados da região, onde seus frutos são utilizados na elaboração dos mais diferentes tipos de produtos tais como sucos, cremes, sorvetes, néctares, doces diversos, licores, balas, apreciados tanto local, regional, nacional e internacionalmente, devido aos seus inigualáveis sabor e aroma.

O Estado do Amapá, embora ainda não desponte no cenário regional como produtor de polpa de cupuaçu, apresenta grande potencial, em vastas áreas nativas, onde se observa uma grande incidência da espécie, que se estendem até as áreas de terra firme com vegetação de mata e capoeira a qual proporciona condições edafoclimáticas propícias para o desenvolvimento da cultura.

A industrialização do cupuaçu é uma atividade atrativa tendo em vista a grande aceitação dos seus produtos tanto a nível local e regional, como nacional e

internacional, pois sabe-se que países europeus e o Japão têm manifestado interesse no produto. Em 1995, apenas o município de Manaus demandou 255 toneladas de polpa de cupuaçu.

O cupuaçu e seus derivados constituem-se em um produto destinado a faixas de renda média para alta, o que tende a impossibilitar a sua vulgarização pelas camadas mais pobres da população ou para programas sociais, como o da merenda escolar, por exemplo. Para se ter uma idéia, o preço da polpa em nível de pequenas indústrias, atinge a média de R\$ 3,00 por quilo. Este preço poderá ser reduzido através de processos de beneficiamento de melhor rendimento, com a conseqüente diminuição dos custos. O processo de beneficiamento e de refrigeração tem permitido o consumo do cupuaçu durante todo o ano, ampliando a estreita faixa decorrente do período de safra, vigente há dez anos atrás. Com esse processo, pode-se afirmar que o mercado regional foi ampliado em pelo menos seis vezes.

As polpas de frutas vem despertando interesse por diversas indústrias de produtos alimentícios, bem como as indústrias de bebidas e refrigerantes e apenas uma indústria de processamento de frutas apresenta uma demanda de 500 t, 1000 t e 1.600 t de polpa de cupuaçu para os anos de 1999, 2000 e 2.001 respectivamente.

Entretanto, a conquista de novos mercados exige competência, agressividade, apresentação de um produto confiável, higiênico, garantia de oferta, como os mais importantes. Visto que o mercado internacional é extremamente rigoroso quanto a padrões sanitários e qualitativos, as empresas devem exercer um eficiente controle de qualidade, sobretudo das características organolépticas e microbiológicas dos produtos produzidos.

Dados de viabilidade econômica do cupuaçu:

Produção ano	30 t polpa congelada 26 t polpa pasteurizada 64 mil vidros (270 g) de geleia 20 mil bastões (200 g) de cupulate
Investimento Total	US\$ 238.895,95
Receita Total	US\$ 507.800,00
Custo Variável	US\$ 348.866.,02
Custo Fixo	US\$ 91.474,16
Custo Total	US\$ 394.664,16
Lucro Líquido	US\$ 84.003,36
Ponto de Nivelamento	57,60 %
Margem de Lucro	16,54 %
Rentabilidade	35,16 %
Taxa Interna de Retorno	47,00 %
Tempo de Retorno do Capital	2 anos e 10 meses

Fonte: GTA

## **4. INCENTIVOS FISCAIS E FINANCEIROS PARA O ESTADO DO APAPÁ**

### **4.1 Incentivos Federais**

#### **A - Administrados pela SUFRAMA (Incentivos para a Área de Livre Comércio de Macapá-Santana – ALCMS)**

A ALCMS localizada na área dos municípios de Macapá e Santana, é delimitada e administrada pela SUFRAMA e os benefícios fiscais estabelecidos para a ALCMS serão adotados até 2013.

Os principais incentivos fiscais são:

#### **Suspensão de IPI e II**

Na entrada de mercadorias estrangeiras na ALCMS, far-se-á suspensão do Impostos sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Importação – II, exceto armas e munições, automóveis de passageiros, bens finais de informática, perfumes, fumos e derivados e bebidas alcoólicas.

Para todas as mercadorias nacionais ou nacionalizadas destinadas ao consumo e à venda na área da ALCMS, exceto armas e munições, automóveis de passageiros, bens finais de informática, perfumes, fumos e derivados e bebidas alcoólicas, serão consideradas também suspensas de IPI e II.

#### **Isenção de II e IPI**

A suspensão dos tributos de mercadorias estrangeiras tratadas no item A, será convertida em isenção, exceto armas e munições, automóveis de passageiros, bens finais de informática, perfumes, fumos e derivados e bebidas alcoólicas, quando as mercadorias forem destinadas a:

- Consumo e venda internos;
- Beneficiamento, em seu território, de pescado, recursos minerais e matéria- prima de origem agrícola ou florestal;
- Agricultura e piscicultura;
- Instalação e operação de atividades de turismo e serviços de qualquer natureza;
- Estocagem para exportação ou reexportação para o mercado externo;
- Atividades de construção e reparos navais;
- Internação como bagagem acompanhada, observado o mesmo tratamento previsto na legislação aduaneira para a Zona Franca de Manaus.

As mercadorias nacionais, quando comprovada sua internação, terá sua suspensão convertida em isenção.

### ***Incentivo do ICMS***

No caso de remessa de mercadorias destinadas à ALCMS, sem o destaque do ICMS, será deduzido o crédito fiscal presumido correspondente à operação interestadual.

### ***B - Administrados pela SUDAM***

#### 1.- Imposto sobre a Renda – IR:

- ✓ redução de 75% do IR até o ano 2003, concedida a empreendimentos industriais, agropecuários e de serviços básicos com projetos de implantação aprovados;
- ✓ redução de 50% do IR de 2004 a 2008, concedida a empreendimentos com projetos de ampliação e/ou modernização e/ou diversificação aprovados;
- ✓ redução de 25% do IR de 2009 a 2013, concedida a empreendimentos com projetos de ampliação e/ou modernização e/ou diversificação aprovados

#### 2. FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia:

- ✓ financiamento para inversões fixas;
- ✓ a pessoa jurídica que utiliza a faculdade de deduzir 18% de seu imposto de renda devido, com a finalidade de investi-los na Amazônia, podendo destinar aqueles recursos, via FINAM, para projetos de investimentos a serem aprovados pela SUDAM, ou aprovar projetos próprios para efetuar esta aplicação.

### ***C - Administrados pelo Banco da Amazônia (BASA)***

#### FNO - Fundo Constitucional do Norte

O FNO foi criado através da Lei N° 7827, de 27/09/89, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal. Tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte, mediante a execução de programas de financiamentos direcionados ao atendimento das atividades produtivas nas áreas ecológica, social, tecnológica e econômica dos setores rural, industrial e de turismo.

O FNO compreende os programas a seguir:

- ✓ Programa de Apoio às Micro-Empresas de Atividades Seleccionadas – PROMICRO

Objetiva criar condições para a implantação de pequenas unidades agro-industriais na região, como mecanismo de indução à formação de cadeias

produtivas necessárias à sustentabilidade da pequena produção familiar rural organizada e ao fortalecimento da economia regional.

✓ Programa de Desenvolvimento Industrial – PRODESIN

Seu objetivo é promover o desenvolvimento da indústria de transformação da Região Norte, proporcionando a implantação, ampliação e/ou modernização, racionalização e realocação de empreendimentos dos diversos segmentos do setor.

✓ Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria – PROAGRIN

O programa procura apoiar as iniciativas empresariais que visem a implantação, ampliação, modernização e realocação de unidades agro-industriais na Região. Cria condições para o processamento local de matérias-primas de origem agrícola, pecuária e florestal, gerando emprego e renda na região. Fortalece as atividades produtivas do setor rural, elevando a competitividade dos produtos agrícolas, pecuários e florestais de forma que possa atender a demanda de mercado regional e conquistar espaço nos mercados nacionais, aumentando o valor agregado regional.

✓ Programa de Desenvolvimento do Turismo Ecológico – PRODETUR

Objetiva promover o desenvolvimento do ecoturismo em localidade da Amazônia, com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza, assim como, oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica.

✓ Programa de Apoio ao Turismo Convencional – PROGETUR

O programa apoia as iniciativas empresariais de investimento no turismo convencional, proporcionando a implantação, ampliação, modernização e diversificação da infra-estrutura e dos equipamentos turísticos (meios de hospedagem e de transporte) em áreas pioneiras, de expansão de fronteira econômica da região ou em cidades, preferencialmente, do interior com comprovado déficit de hospedagem.

✓ Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica – PROCATEC

Seu objetivo é apoiar o desenvolvimento do sistema regional de ciência e tecnologia, incentivando a geração e transferência de inovações tecnológicas, através de iniciativas que articulem a base técnico-científica com o sistema produtivo privado, visando impulsionar a criação de pólos de modernização das atividades empresariais na região.

## **D - Administrados pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**

### ✓ Programa Amazônia Integrada – PAI

Criado pelo DEC.DIR-369/94 BNDES, de 01/12/94. O Sistema BNDES apoia neste programa empreendimentos conduzidos pela iniciativa privada que: sejam geradores de emprego e renda com vantagens competitivas inquestionáveis; possibilitem a integração da Região Norte com o restante do País e com o mercado externo; sejam consistentes com a política ambiental da Região Amazônica.

Através do FINAME – Agência Especial de Financiamento Industrial, o BNDES oferece uma série de linhas de crédito, das quais destacam-se:

### ✓ FINAME – Programa Automático

Com a finalidade de financiar firmas individuais, pessoas jurídicas de direito privado, sediadas no país, para a aquisição, diretamente de empresas fabricantes, máquinas e equipamentos novos produzidos no país.

### ✓ FINAME – Programa Especial

Financiamento a usuários e fabricantes para aquisição ou venda / produção, respectivamente, de máquinas e equipamentos novos, produzidos no país e que atendam a uma das seguintes condições:

- sejam produzidos sob encomenda e apresentem relevante acréscimo de tecnologia ou índice de nacionalização;
- estejam competindo com congêneres importados;
- destinam-se a projetos de elevado interesse para a economia nacional

### ✓ FINAME – Crédito Complementar

Complementar financiamentos concedidos pelo FINAME para aquisição de máquinas e equipamentos de empresas associadas à ABIMAQ, SIMEFRE, ABICOMP, ABCPAL, ABINEE, ABIMO, e SINAEMO, participantes do Fundo OURONMAQ do Banco do Brasil.

### ✓ FEPEMI- Fundo Especial de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais

Com a finalidade de apoiar o treinamento de pessoal e assistência técnica, objetivando estimular o aumento da produtividade e da produção e/ou promover a melhoria das estruturas administrativas das empresas

## 4.2 Incentivos Estaduais

Vantagens Fiscais e Extra-Fiscais que o Estado oferece:

O Estado do Amapá outorga benefícios fiscais com relação a:

- ✓ Isenção do pagamento do ICMS;
- ✓ Concessão de prazo diferenciado para pagamento dos impostos estaduais;
- ✓ Redução a título de financiamento de 80% da base de cálculo para indústrias instaladas em determinados municípios;
- ✓ Redução da base de cálculo do ICMS em até 90% incidente sobre a matéria-prima, inclusive as originárias de resíduos e refugos.

Foi criado também, o **FUNDIMA** – Fundo de Desenvolvimento Industrial e Mineral do Estado do Amapá, pela Lei N° 0144 de 1994, com o objetivo de fortalecer o segmento industrial e estimular novos investimentos., através do financiamento para investimentos fixos, capital de giro e específico para capacitação tecnológica e infraestrutura industrial.

Existe uma série de estímulos especiais para atividades industriais, como:

- ✓ Infra-estrutura para implantação de áreas, centros e distritos industriais nos municípios cujos fatores locais e as tendências de crescimento se apresentem favoráveis;
- ✓ Tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas industriais;
- ✓ Prestação de apoio técnico quanto ao aperfeiçoamento gerencial e de recursos humanos;
- ✓ Disponibilidade e acesso às fontes creditícias, de incentivos, de informações tecnológicas e mercadológicas por meio de articulação inter-institucional;
- ✓ Simplificação do processo das obrigações tributárias.